

BOLETIM DE CONJUNTURA DA BAHIA
TERCEIRO TRIMESTRE DE 2025

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Jerônimo Rodrigues Souza
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
Cláudio Ramos Peixoto
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI)
José Acácio Ferreira
DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICA (Distat)
Armando Affonso de Castro Neto
DIRETORIA DE PESQUISAS (Dipeq)
Rodrigo Barbosa de Cerqueira
COORDENAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL (CAC)
Arthur Souza Cruz Júnior
COORDENAÇÃO DE PESQUISAS SOCIAIS (Copes)
Lucigleide Nery Nascimento
COORDENAÇÃO DE CONTAS REGIONAIS E FINANÇAS PÚBLICAS (Coref)
João Paulo Caetano Santos
ELABORAÇÃO TÉCNICA
Luiz Mário Ribeiro Vieira (Cenário Internacional, Nacional e Estadual)
Carla Janira Souza do Nascimento (Agropecuária e Produção Industrial)
Elissandra Alves de Britto (Comércio Varejista)
Rosângela Conceição (Serviços e Turismo)
Arthur Souza Cruz Junior, Kailan Matos Pereira, *Luciano Bruno Sena Neves*
(Comércio Exterior)
Gabriel Oliveira Barbosa e Marília Jane Campos (Finanças Públicas)
João Paulo Caetano Santos, Denis Veloso e Carol Vieira (Produto Interno Bruto)
Luiz Fernando Araújo Lobo (Mercado de Trabalho)
COORDENAÇÃO EDITORIAL
Elissandra Alves de Britto
Maria Margarete de Carvalho Abreu Perazzo
NORMALIZAÇÃO
Eliana Marta Gomes Silva Sousa
EDITORIA-GERAL
Elisabete Cristina Teixeira Barretto Guanais
EDITORIA DE ARTE E DE ESTILO
DESIGN GRÁFICO
REVISÃO DE LINGUAGEM
EDITORAÇÃO
EGBA

SUMÁRIO

PANORAMA INTERNACIONAL, NACIONAL E ESTADUAL	04
CENÁRIO INTERNACIONAL	04
CENÁRIO NACIONAL.....	10
CENÁRIO ESTADUAL	19
AGROPECUÁRIA.....	26
OUTRAS LAVOURAS PERMANENTES E TEMPORÁRIAS	28
PECUÁRIA.....	29
PRODUÇÃO INDUSTRIAL.....	31
COMÉRCIO VAREJISTA.....	37
SERVIÇOS.....	44
TURISMO.....	49
COMÉRCIO EXTERIOR	54
IMPORTAÇÃO	62
FINANÇAS PÚBLICAS	65
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)	79
MERCADO DE TRABALHO.....	85

PANORAMA INTERNACIONAL, NACIONAL E ESTADUAL

Luiz Mário Ribeiro Vieira
lmario@sei.ba.gov.br

CENÁRIO INTERNACIONAL

A economia mundial está vivendo um período de imprevisibilidade e incerteza após uma série de novas medidas tarifárias adotadas pelos Estados Unidos. Para 2025, o cenário externo parece estar mais relacionado a uma desaceleração tradicional impulsionada pelo aumento da incerteza, levando agentes econômicos a reduzir investimentos e consumo, somado ao impacto temporário do aumento das tarifas sobre os custos.

Os efeitos da crise de confiança sobre a atividade econômica levarão algum tempo para se materializar. Desde que retornou ao poder, Trump impôs tarifas generalizadas aos produtos de importantes parceiros comerciais, como China e União Europeia, na tentativa de remodelar as relações comerciais dos Estados Unidos e incentivar a produção local.

A elevação das tarifas deve trazer uma mudança relevante no nível de preços dos produtos importados pelos EUA. As consequências são potencialmente severas em preços, custos e planos de compras e investimentos em todo mundo. Os dados do terceiro trimestre ainda não registraram de maneira efetiva essa mudança brusca na política econômica americana que começaram efetivamente em agosto, como indicam os resultados do PIB das principais economias do mundo.

A China apresentou o melhor resultado do PIB do 3º trimestre de 2025 entre as maiores economias. O governo dos Estados Unidos não divulgará a estimativa inicial do Produto Interno Bruto (PIB) do terceiro trimestre, por conta da paralisação ("shutdown") da máquina pública americana em novembro. A Zona do Euro registrou crescimento acima do esperado e o Japão voltou para o campo negativo. A seguir são destacados os fatores que contribuíram para desempenho do PIB destes países ou regiões, considerando os aspectos conjunturais que impactaram as referidas

taxas nos Estados Unidos, China, Zona do Euro e do Japão e previsões para 2025 e 2026.

CHINA

A economia da China desacelerou menos do que o esperado no terceiro trimestre, demonstrando resiliência frente às tarifas dos Estados Unidos. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) chinês atingiu 4,8% no terceiro trimestre em relação ao mesmo período de 2024, o menor nível registrado no ano.

Em relação ao segundo trimestre, a economia chinesa avançou 1,1%, repetindo o resultado do período anterior. No acumulado do ano, registrou um crescimento de 5,2% ante os nove meses do ano passado, segundo informações do Departamento Nacional de Estatísticas da China Nacional Bureau of Statistics (NBS).

Na avaliação do Departamento Nacional de Estatísticas da China o resultado da economia chinesa é “extraordinário”. Para este a desaceleração da economia em relação ao 3º trimestre foi resultado da guerra tarifária com os Estados Unidos e a escalada do protecionismo em nível global.

A taxa de crescimento do terceiro trimestre em relação ao mesmo período do ano passado ficou dentro das expectativas e manteve a China no caminho certo para atingir sua meta de aproximadamente 5,0% este ano. Por outro lado, a dependência da economia em relação à demanda externa, em um momento de crescentes tensões comerciais com os Estados Unidos, levanta dúvidas sobre a possibilidade de manter esse ritmo.

Em setembro, a produção industrial chinesa cresceu 6,5% em relação ao ano anterior, atingindo uma máxima de três meses, superando as previsões. As vendas no varejo desaceleraram para 3,0%, a menor taxa em 10 meses, pressionando ainda mais os consumidores. Os dados também mostraram que os preços das casas novas caíram em seu ritmo mais rápido em 11 meses. Atingido pela crise, o investimento no setor imobiliário caiu 13,9% nos três primeiros trimestres em relação ao ano anterior.

À medida que aumenta a pressão comercial, analistas apontam que a China deve avançar para um modelo econômico em que o consumo interno tenha um papel mais preponderante, sem depender principalmente do investimento em infraestrutura e das exportações. Todavia, o crescimento da China está se tornando cada vez mais dependente das exportações, que estão compensando a desaceleração da demanda interna.

Na avaliação de Julian Evans-Pritchard, analista da Capital Economics, “esse padrão de desenvolvimento não é sustentável e, portanto, o crescimento corre o risco de desacelerar ainda mais no médio prazo, a menos que as autoridades tomem medidas muito mais proativas para apoiar os gastos dos consumidores.”

Na Zona do Euro, o resultado do PIB superou a expectativa de analistas consultados que previam alta de 0,1% no período. O crescimento foi de 0,2% no terceiro trimestre de 2025 ante os três meses anteriores. Na comparação com o terceiro trimestre de 2024, o PIB do bloco teve expansão de 1,3% segundo os dados preliminares divulgados pela Eurostat, agência de estatísticas da União Europeia (EU).

Entre os países da zona do euro, a Espanha liderou ao apresentar a expansão de 2,8% (em comparação com 3,1% no segundo trimestre), e a França com 0,9% (acima de 0,7%). Itália e Alemanha permaneceram estáveis em 0,4% e 0,3%, respectivamente.

Entre os países membros a Irlanda se destacou com uma expansão anual impressionante de 12,3%, liderando os demais países. Na sequência, aparecem República Checa (2,7%), Portugal (2,4%) e Suécia (2,4%). A Finlândia foi a única nação do bloco a registrar uma contração no período, com uma retração de 0,9%.

Economistas avaliam que o resultado reflete a recuperação gradual do consumo e do setor de serviços, além da desaceleração no ritmo de aperto monetário por parte do BCE. Ainda assim, o ambiente segue desafiador, com indústria fraca e mercado

de trabalho pressionado, fatores que podem limitar o crescimento nos próximos trimestres.

Em relação ao desemprego, o relatório mostrou estabilidade. A taxa de desemprego ajustada sazonalmente na zona do euro manteve-se em 6,3% em setembro, inalterada tanto em relação a agosto como na comparação com setembro do ano passado. Na União Europeia como um todo, a taxa ficou em 6,0%. Em números absolutos, a zona do euro registrou 11,003 milhões de pessoas desempregadas, enquanto a UE contabilizou 13,246 milhões.

A economia do Japão registrou uma retração no PIB de 0,4% na comparação com o trimestre anterior, o que corresponde a uma queda anualizada de 1,8%. O número ficou em linha com a mediana das projeções. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, a quarta maior economia mundial registrou um crescimento do PIB de 1,1%, de acordo com o relatório preliminar publicado pelo gabinete do Governo do país asiático.

O resultado representa uma desaceleração significativa em relação aos 2,0% observados no trimestre anterior, evidenciando uma perda de ritmo da atividade econômica do país. Este dado marca uma reversão após sequência de resultados moderadamente positivos desde 2024, configurando a primeira contração em seis trimestres.

As causas para essa queda foram o consumo mais fraco pelas oscilações do investimento imobiliário. E as exportações que recuaram no seu desempenho, passando de um crescimento de 6,2% no segundo trimestre para 2,8% no terceiro trimestre, o que indica um arrefecimento da procura internacional por bens e serviços japoneses. Por outro lado, os gastos do governo apresentaram uma recuperação moderada, contribuindo para equilibrar parcialmente o cenário econômico.

O resultado do PIB japonês no terceiro trimestre revela, assim, um trimestre marcado por maior fragilidade no consumo privado e no comércio externo, enquanto

o gasto público desempenhou um papel de suporte numa fase de desaceleração mais ampla da economia japonesa.

Na avaliação de Kazutaka Maeda, economista do Instituto de Pesquisa Meiji Yasuda "a contração se deve, em grande parte, a fatores pontuais, como o investimento em moradias" afetado por mudança regulatória. "De modo geral, a economia carece de um forte impulso subjacente, mas a tendência ainda aponta para uma recuperação gradual nos próximos um ou dois anos."

As tendências de consumo e salários são fatores-chave que o Banco Central japonês está observando para avaliar a força econômica e determinar o momento de sua próxima ação em relação à taxa de juros. Os analistas destacaram que as incertezas econômicas globais, alimentadas pelas tarifas dos EUA, podem pesar sobre a quarta maior economia do mundo na decisão sobre juros nos próximos meses.

Com base nos resultados do terceiro trimestre, o Fundo Monetário Internacional (FMI) revisou para cima as previsões para a economia global, mesmo diante dos efeitos da guerra comercial, e das persistentes incertezas no cenário internacional. Assim, apesar de um primeiro semestre estável, a perspectiva continua incerteza, com riscos inclinados para o lado negativo.

Na opinião de Pierre-Olivier Gourinchas economista-chefe do FMI "o impacto tarifário em si é menor do que o inicialmente temido. Outros fatores, incluindo a ascensão da inteligência artificial e das políticas fiscais na Europa e na China, também ajudaram a sustentar a economia global".

O FMI elevou novamente a projeção de crescimento da economia global para 2025 em relação aos relatórios anteriores, destacando a resiliência diante dos choques de política comercial provocados pelas tarifas dos Estados Unidos, e advertindo para um cenário de fragilidade no longo prazo. A instituição prevê que o crescimento global desacelere de 3,3% em 2024 para 3,2% em 2025, alta de 0,2 ponto percentual em relação à estimativa de julho, e para 3,1% em 2026. Esse patamar está consideravelmente abaixo da média pré-pandemia de 3,7%.

O leve ajuste para cima neste ano reflete uma adaptação gradual às tensões comerciais geradas pelas tarifas dos Estados Unidos. O FMI observou que o choque tarifário foi menor do que o inicialmente previsto, após acordos que reduziram as taxas efetivas dos EUA em relação aos picos de abril, situando-se agora entre 10% e 20% para a maioria dos países. Além disso, a melhora nas previsões se deve a três fatores, segundo o FMI. Primeiro, a antecipação de compras por parte das empresas nos EUA nos primeiros meses do ano, como estratégia para formar estoques antes da entrada em vigor das tarifas americanas em abril, foi mais forte do que o calculado inicialmente, gerando impacto positivo sobre a atividade.

O FMI espera que a taxa de inflação global permaneça elevada, em 4,2% este ano e 3,7% em 2026, impulsionada pela inflação elevada em vários países, incluindo Estados Unidos e México.

O FMI prevê para as economias avançadas expansão de 1,5% em 2025 e 1,6% em 2026. Para os mercados emergentes e economias em desenvolvimento a taxa de crescimento do PIB ficou em 4,1% para 2025 e 4,0% para o próximo ano. Na área do euro, espera-se que o crescimento acelere, mas em um ritmo mais gradual do que o previsto em janeiro. Em 2025, leve alta de 1,0% e 1,2% em 2026, com as tensões geopolíticas continuando a afetar as políticas de recuperação econômica.

Diante desse cenário, o economista- chefe do FMI, Pierre-Olivier Gourinchas avalia que tudo é muito fluído. Porém, na sua opinião o momento se trata de um lembrete muito útil de que vivemos em um mundo onde escalada de tensões comerciais e incerteza política com essa característica pode surgir a qualquer momento¹.

¹ Ver a respeito Notícias FMI eleva crescimento global para 2025 graças ao ‘modesto’ impacto comercial nos EUA. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2025/10/14/fmi-eleva-crescimento-global-para-2025-gracas-ao-modesto-impacto-comercial-nos-eua.htm>. Acesso em: 14 out. 2025.

CENÁRIO NACIONAL

O terceiro trimestre do ano seguiu o ritmo do segundo sem nenhum avanço significativo entre as atividades acompanhadas pelas pesquisas mensais do IBGE, embora a geração de empregos continue em ritmo acelerado.

Em setembro, as pesquisas mensais do IBGE para os principais setores da atividade econômica, apontaram os seguintes resultados: produção industrial, comércio varejista e serviços, quando comparado a de setembro de 2024, mostraram taxas de 2,0%, 0,8% e 4,1%, respectivamente. Já em relação a agosto, livre de influências sazonais, as taxas foram menos atraentes para os três setores: indústria (-0,4%), comércio varejista (-0,3%) e serviços (0,6%).

Esses dados já sinalizam uma leve desaceleração da atividade econômica, principalmente na indústria e comércio varejista. Mesmo com mercado de trabalho aquecido, com a taxa de desocupação registrando o menor nível da série histórica para esse período, associado com os estímulos ao consumo e ao crédito por parte do governo que tenta mitigar os efeitos defasados da política monetária e da inflação.

O setor industrial teve variação negativa de 0,4% em setembro, na comparação com agosto, que na ocasião avançou 0,7%, sob o impacto das tarifas dos EUA. Assim, essa atividade manteve a falta de tração que vem marcando seu desempenho em grande parte do ano, em meio à política monetária restritiva.

Em relação ao mesmo mês do ano anterior, a produção teve ganho de 2,0%, com resultados positivos em duas das quatro grandes categorias econômicas. Com esses resultados, a produção industrial se encontra 2,3% acima do patamar pré-pandemia (fevereiro de 2020), mas ainda está 14,8% abaixo do nível recorde alcançado em maio de 2011.

No resultado do terceiro trimestre, a produção industrial do país avançou 0,5% na comparação com igual período do ano anterior, mantendo a taxa positiva iniciada no quarto trimestre de 2023. No entanto, reduziu o ritmo desde o resultado do primeiro

trimestre desse ano (2,0%).

Essa desaceleração foi constatada em três das quatro grandes categorias econômicas, com destaque para bens intermediários que registrou a terceira alta consecutiva (3,0% para 2,5%); consumo duráveis de 5,6% para -1,2%; e bens de capital de -2,2% para -2,4%. Bens de consumo semi e não duráveis avançou de -5,3% para -3,1%, sendo o único que apontou ganho, embora ainda tenha permanecido na zona de resultado negativo.

A Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, de acordo com o seu gerente, André Macedo, evidenciou nos meses entre abril e julho que:

o total da indústria teve um comportamento predominantemente negativo e acumulou nesse período perda de 1,3%. No resultado de setembro, o setor industrial voltou a registrar perda, influenciada, principalmente, por segmentos de peso na estrutura industrial que apresentaram recuos relevantes na produção: indústria farmacêutica (medicamentos), setor extrativo (óleos brutos de petróleo) e indústria automobilística (automóveis e autopeças), que, em conjunto, respondem por aproximadamente 23% do total da indústria geral.²

No acumulado do ano (janeiro-setembro), frente a igual período do ano de 2024, a indústria cresceu 1,0%, com resultados positivos em duas das quatro grandes categorias econômicas, 16 dos 25 ramos, 43 dos 80 grupos e 51,8% dos 789 produtos pesquisados. “Claramente se tem um setor industrial com menor dinamismo, com muitas taxas negativas ou perto de zero, e a política monetária vem freando a indústria desde o segundo semestre do ano passado”, completou Macedo.

Uma acomodação na indústria brasileira é esperada para o último trimestre do ano, diante do “tarifaço” que terá impactos sobre a economia mundial, em linha com a perda de força gradual da economia nacional. A expectativa de economistas é que a indústria brasileira deve sentir este ano os impactos da alta dos juros, do encarecimento do crédito, queda na confiança dos empresários, além da inadimplência e endividamento dos consumidores.

² Ver a respeito Pesquisa Industrial Mensal. Indústria varia -0,4% em setembro e mostra perda de ritmo. Nov. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44932-industria-varia-0-4-em-setembro-e-mostra-perda-de-ritmo>. Acesso em: 04 nov. 2025.

O comércio varejista foi impactado com a elevação da taxa de juros e da inflação, mesmo com a geração de emprego em todos esses meses do terceiro trimestre, segundo os dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC). As vendas do comércio variaram -0,3% em setembro, na comparação com agosto (0,1%). Em relação a setembro de 2024, o resultado positivo (0,8%) é o sexto consecutivo.

O setor no terceiro trimestre de 2025 teve crescimento de 0,8% com relação ao mesmo trimestre de 2024. Com isso, o resultado do terceiro trimestre representa o 12º no campo positivo, em volume, para este indicador. No caso do varejo ampliado, que inclui veículos, motos, partes e peças, material de construção e atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo, houve queda de 1,2% no trimestre analisado, segunda queda consecutiva após uma série de nove altas (do primeiro trimestre de 2023 ao primeiro tri de 2025).

No ano, o varejo acumulou crescimento de 1,5%. Já o acumulado em 12 meses foi de 2,1%, a menor taxa de crescimento desde janeiro de 2024.

Por atividade foi verificado que cinco atividades do comércio varejista registraram crescimento no terceiro trimestre: *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria* (3,5%), *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (2,1%), *Livros, jornais revistas e papelaria* (1,1%), *Combustíveis e lubrificantes* (1,0%) e *Móveis e eletrodomésticos* (0,8%). Em relação ao varejo ampliado, todas as três atividades adicionais registraram queda: *Veículos e motos, parte e peças* (-6,5%), *Materiais de construção* (-3,1%) e *Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo* (-0,5%).

Assim, verifica-se que o Comércio varejista vem apresentando taxas decrescentes ao longo do ano, mesmo com o setor alcançando sucessivos recordes históricos. A despeito desse cenário, a expectativa de economistas ainda é de que o ritmo de expansão da atividade econômica deve desacelerar no último trimestre do ano de 2025. Os motivos são os já ressaltados como impacto da inflação, juros elevados e do “tarifaço americano”. Entretanto, embora o cenário atual seja desafiador, a esperança é de que a desaceleração seja relativamente moderada. Para isso o mercado de trabalho aquecido e o aumento da massa salarial podem contribuir para

sustentar o consumo das famílias, evitando uma retração no quarto trimestre do ano.

O volume do setor de serviços do Brasil cresceu mais que o esperado por economistas em setembro, marcando o oitavo mês consecutivo. O volume de serviços avançou 0,6% frente ao mês anterior (série com ajuste sazonal). Com isso, o setor está 19,5% acima do nível pré-pandemia (fevereiro de 2020). Em relação a setembro de 2024, na série sem ajuste sazonal, o volume de serviços cresceu 4,1% em setembro de 2025, décimo oitavo resultado positivo consecutivo. O acumulado no terceiro trimestre de 2025 mostrou expansão de 3,1% frente a igual período de 2024, com três das cinco atividades registrando taxas positivas. No acumulado do ano a variação foi de 2,8%. Em 12 meses, houve alta de 3,1%, de acordo com dados da Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE.

Três das cinco atividades pesquisadas tiveram crescimento na passagem de agosto para setembro, com destaque para os *Transportes* (1,2%), com o segundo resultado positivo seguido, com ganho acumulado de 1,5%, impulsionado especialmente pelo transporte rodoviário de carga. Os demais avanços vieram do setor de *Informação e comunicação* (1,2%), se recuperando da perda de 0,5% observada em agosto, impulsionado pela parte de consultoria e tecnologia da informação. *Outros serviços* (0,6%) também contribuíram positivamente, assinalando o terceiro avanço seguido, com ganho acumulado de 2,5%, impulsionados por seguros, previdência complementar e planos de saúde. “O setor de transportes tem sido o grande responsável por essa sequência de taxas positivas”, avalia o gerente da pesquisa Rodrigo Lobo.

Na agropecuária, a estimativa de setembro para a safra 2025 é recorde da série histórica do IBGE. Segundo os seus dados, o crescimento da safra brasileira de cereais, leguminosas e oleaginosas em relação a 2024 é consequência do aumento da área plantada e da produtividade das principais culturas.

Assim, a estimativa para a safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas é de 341,9 milhões de toneladas em 2025. Trata-se de um valor 16,8% ou 49,2 milhões de toneladas maior do que a safra obtida em 2024.

A área a ser colhida este ano deve ser de 81,4 milhões de hectares, o que representa um crescimento de 3,0% (2,4 milhões de hectares a mais) em relação à área colhida em 2024.

Com auxílio do clima benéfico durante a safra de verão e a segunda safra, chegou-se ao recorde na safra de grãos. Para o gerente do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), Carlos Barradas “Outro motivo é que os produtores também ampliaram as áreas de plantio e investiram mais nas lavouras porque os preços de alguns produtos na época do plantio estavam atrativos e com boa rentabilidade”.³

Para a soja, a estimativa de produção foi de 165,9 milhões de toneladas. Quanto ao milho, a estimativa foi de 138,4 milhões de toneladas (26,1 milhões de toneladas de milho na 1ª safra e 112,3 milhões de toneladas de milho na 2ª safra). A produção do arroz (em casca) foi estimada em 12,4 milhões de toneladas; a do trigo em 7,8 milhões de toneladas; a do algodão herbáceo (em caroço) em 9,8 milhões de toneladas; e a do sorgo em 5,0 milhões de toneladas. O arroz, o milho e a soja são os três principais produtos deste grupo, que, somados, representam 92,6% da estimativa da produção e respondem por 88,0% da área a ser colhida.

A desaceleração dos setores, diante de uma conjuntura desafiadora, com taxas de juros elevadas, e incerteza no cenário internacional não impediu a geração de empregos formais, agora em um ritmo mais moderado, com queda 9,4% em relação ao segundo trimestre de 2025 e 27,0% em relação ao terceiro de 2024.

Conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego os números que abarcam trabalhadores com carteira assinada apresentaram no terceiro trimestre saldo positivo em 500.345. No acumulado do ano foram 1,716 milhão adicionado ao estoque de emprego formal, um resultado 14,0% menor do que o observado no mesmo período de 2024, quando foram criados 1,995 milhão de empregos formais.

³ Ver a respeito Produção agrícola. Estimativa de setembro aponta safra recorde de 341,9 milhões de toneladas em 2025. Out. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de->

Ao fim de setembro de 2025, ainda conforme os dados oficiais, o Brasil tinha saldo de 48,91 milhões de empregos com carteira assinada. O resultado representa aumento na comparação com agosto deste ano (48,69 milhões) e com relação a setembro de 2024 (47,51 milhões).

Os números do Caged mostraram que no terceiro trimestre de 2025 foram criados empregos formais nos cinco setores da economia. O setor de serviços foi o que mais contratou ao longo do trimestre, com 242 mil empregos formais criados. O comércio foi o segundo grupo com maior crescimento de vagas, onde foram criados 99 mil postos.

Para o conjunto do território nacional, o salário médio de admissão em setembro de 2025 foi de R\$ 2.286,34. Comparado ao mês anterior, houve uma queda real de R\$ 20,60 no salário médio de admissão, uma variação em torno de 0,9%. Em relação a setembro do ano passado, o crescimento foi de R\$ 17,35 (0,7%), já considerando o ajuste para as variações típicas do mês.

A taxa de taxa de desocupação, medida pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada pelo IBGE, encerrou o terceiro trimestre de 2025 em 5,6%. Essa variação foi a menor da série histórica iniciada em 2012, recuando nas duas comparações: 0,2 ponto percentual (p.p.) frente ao trimestre anterior de abril a junho (5,8%), e 0,8 p.p. ante o trimestre móvel encerrado em setembro de 2024 (6,4%).

No terceiro trimestre, a população desocupada caiu para seu menor contingente desde o início da pesquisa, em 2012, 6,045 milhões, recuando nas duas comparações: -3,3% (menos 209 mil pessoas) no trimestre e -11,8% (menos 809 mil pessoas) no ano.

O número de empregados no setor privado (52,7 milhões) foi recorde da série, mas sem variações significativas no trimestre ou no ano. Além disso, o número de trabalhadores com carteira assinada no setor privado (exclusive os domésticos) foi

novo recorde da série (39,2 milhões), com estabilidade no trimestre e alta de 2,7% (mais 1,0 milhão de pessoas) no ano. De acordo com Adriana Beringuy, coordenadora de pesquisas domiciliares do IBGE “o nível da ocupação em patamares elevados nos últimos meses, indica a sustentabilidade da retração do desemprego ao longo de 2025”.⁴

O rendimento médio mensal real habitual de todos os trabalhos (R\$ 3.507) foi recorde, porém estatisticamente estável no trimestre e crescendo 4,0% no ano. A massa de rendimento real habitual (R\$ 354,6 bilhões) foi novamente recorde, com estabilidade no trimestre e alta de 5,5% (mais R\$ 18,5 bilhões) no ano.

A economia brasileira como um todo teve crescimento considerado modesto no terceiro trimestre de 2025, quando começaram a aparecer sinais de desaceleração entre os setores, em razão dos juros altos, associado às incertezas globais com as tarifas recíprocas de Donald Trump que tiveram impactos negativos sobre a atividade econômica a partir segundo semestre.

O PIB do 3º trimestre ficou praticamente estável com leve alta de 0,1% sobre o trimestre anterior, e de 1,8% em relação ao mesmo período do ano passado, após avanço de 2,4% no 2º trimestre de 2025. Portanto a expansão da economia pode se restringir ao primeiro semestre do ano que cresceu 2,7%, diante de um risco de retração na indústria da transformação, que deve registrar atividade mais fraca, e no varejo, pelos juros altos, inadimplência e endividamento das famílias.

Os resultados das pesquisas mensais do IBGE já apontavam para essa tendência de desaceleração no terceiro trimestre em relação ao trimestre anterior, diante do seguinte quadro: Indústria Geral se mantendo estável (0,1%); queda de 0,4% para o Comércio varejista e apenas os Serviços registrando crescimento 3,1%.

Os componentes do PIB pela ótica da demanda, no terceiro trimestre de 2025 em relação ao segundo de 2025 também já sinalizavam para desaceleração, impactado

⁴ Ver a respeito PNAD Contínua Mensal. No trimestre encerrado em setembro, desocupação é de 5,6% e repete a menor taxa desde 2012. Out. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012->

pela inflação e a alta da taxa de juro e tarifaço. A Formação Bruta de capital Fixo e a Despesa de Consumo do Governo registraram leve crescimento de 0,9% e 1,3%, respectivamente, e o Consumo das famílias apresentou estabilidade de 0,1%. No setor externo, na mesma comparação, as Exportações de Bens e Serviços aumentaram 3,3%, enquanto as Importações de Bens e Serviços mantiveram estáveis com variação de apenas de 0,3%.

Pelo lado da produção, em relação ao 2º trimestre de 2025, a Agropecuária apresentou leve alta de 0,4%, que pode ser explicada pelo excelente desempenho do 2º trimestre, safra relevante e pelo aumento da produtividade. A Indústria avançou apenas 0,8%, com alta na *Construção* (1,3%), com queda em Eletricidade, gás e água (1,0%) e estabilidade na indústria de *Transformação* (0,3%) e cresceu na *Indústria extrativa* (1,7%). Os Serviços registraram estabilidade de 0,1%% puxados pelas contribuições de *Atividades financeiras e de seguros* (-1,0%) e *Outras Atividades de Serviços* (0,2%).

No acumulado do ano, o crescimento da economia brasileira foi 24,0%, mais alto do que o esperado pelo mercado no início do ano, que apontava um PIB anual de apenas 1,5%. Pela ótica da demanda, nessa comparação, o consumo das famílias avançou 1,4%. O nível elevado dos juros representou, mais uma vez, um entrave para um avanço maior desse indicador, juntamente com a inflação mais alta. O Consumo do governo cresceu acima do Consumo das famílias em 16,0%. Outro componente da demanda que avançou foi a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que registrou expansão de 5,0%. A taxa de investimento foi de 17,3% do PIB, o que representa uma ligeira redução em relação ao mesmo período de 2024, enquanto o nível da taxa de poupança estava em 14,5%, igual ao mesmo período de 2024.

No setor externo, as Exportações de Bens e Serviços registraram leve aumento de 3,6%, enquanto as Importações de Bens e Serviços cresceram com taxa de 6,2%, devido ao aumento das compras de máquinas e equipamentos e outros materiais de transporte.

Pelo lado da produção, Agropecuária foi destaque com expansão de 11,6%, devido ao aumento das principais culturas e da produtividade. A Indústria cresceu 1,7% impulsionada pela *Indústria extrativa* e Construção. Os serviços continuaram se expandindo com taxa de 1,8%.

Em linhas gerais, os números do PIB do terceiro trimestre de 2025 mostraram uma redução mais acentuada do que a esperada, evidenciando uma desaceleração da atividade econômica. Comparado ao mesmo trimestre do ano anterior se observa uma taxa decrescente desde o terceiro trimestre de 2024. Em 2025, também em relação ao trimestre anterior, a retração é considerável, de 1,5% para 0,1%. Dessa forma, os resultados reforçam a tendência de desaceleração da economia nos próximos trimestres.

Diante desse cenário, a previsão do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o Brasil com base no Relatório de outubro para 2025 é de 2,4%. No entanto, o FMI alertou para uma possível desaceleração em 2026, com projeção de crescimento de 1,9%. A expectativa desse órgão sinaliza uma desaceleração para a economia brasileira em relação a 2024, quando o país cresceu 3,4%. O principal motivo para o baixo crescimento é a política monetária mais apertada. Por outro lado, ele manteve a perspectiva de que o crescimento da economia deve convergir para 2,5% ao ano no longo prazo, ajudada por reformas que impulsionam a produtividade, como a reforma tributária.

O Ministério da Fazenda através da Secretaria de Política Economia (SPE), em nota, reviu a projeção de crescimento de 2,5% para 2,2% para 2025. A revisão está relacionada à menor projeção de expansão para o PIB do terceiro trimestre, impactando também as previsões para o quarto trimestre.

No relatório de outubro, o FMI calculou uma inflação média anual no Brasil de 5,2% este ano - o centro da meta oficial para a inflação é de 3,00%, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos. Na avaliação da analista do IBGE, Claudia Esterminio:

Os juros altos naturalmente comprometem diversas atividades, mas o aumento da massa salarial e o mercado de trabalho aquecido ajudam a mitigar esse impacto. Se estivéssemos diante de um mercado de trabalho frágil, o resultado seria mais negativo.⁵

A redução nas projeções para o Brasil reflete, em grande parte, os efeitos de das políticas monetária, fiscal e a incerteza sobre o desempenho da economia mundial diante das políticas adotadas pelo governo americano sob a administração de Donald Trump e as guerras em curso.

CENÁRIO ESTADUAL

A economia baiana cresceu no terceiro trimestre de 2025 consubstanciado pelo comportamento do PIB da Bahia na comparação com o terceiro trimestre de 2024. Essa percepção é reforçada quando se observa o avanço sincronizado da indústria, agropecuária, e serviços.

O cenário de juros elevados, inflação acima da meta, elevado nível de endividamento, inadimplência e a incerteza diante do “tarifaço” do governo americano impactaram negativamente a confiança de empresários e consumidores com reflexo sobre o PIB da Bahia no período, mas não alteraram a sua trajetória. No terceiro trimestre de 2025 na comparação interanual, o setor Agropecuário baiano cresceu 12,4%, e a Indústria e os Serviços 0,9%.

No que diz respeito ao monitoramento da atividade econômica na Bahia, as pesquisas apontaram movimento de expansão no período de julho a setembro de 2025, com ritmos de crescimentos diferenciados.

Nesse contexto, a indústria baiana (extrativa e de transformação) com base no indicador da produção física ajustado sazonalmente, recuou 1,6% no terceiro trimestre de 2025, em relação ao segundo trimestre, o qual havia apresentado decréscimo de 0,8% em relação ao primeiro trimestre de 2025, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), evidenciando um declínio da trajetória do

⁵ Ver a respeito COLAÇO, Janize. PIB do Brasil desacelera e avança 0,1% no 3º trimestre, diz IBGE. Dez. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/12/04/pib-varia-01percent-no-3o-trimestre-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 04 dez. 2025.

indicador por dois trimestres consecutivos. Entretanto, na comparação interanual, a produção física da indústria baiana registrou um movimento ascendente, passando de -1,6% para 1,7%. Para efeito de comparação, no mesmo período, a produção industrial do país registrou desaceleração para taxa de 0,5%, após apresentar, no segundo trimestre de 2025, taxa de 0,6%.

No acumulado de 2025 até setembro na comparação com o ano passado, a indústria baiana cresceu 1,0%. Na análise dos segmentos, observa-se crescimento em quatro das 11 atividades no período. A moderação das taxas apresentadas pelo setor leva à perspectiva de curto prazo nada animadoras para a indústria, diante da política comercial americana, dos juros elevados e da retração do consumidor pela inadimplência e nível de endividamento muito alto.

No comércio varejista, a dinâmica das vendas na Bahia foi comprometida ao longo dos nove meses do ano de 2025, comparado a igual período de 2024, em decorrência da política monetária contracionista, inadimplência e do endividamento das famílias. Entretanto, na análise trimestral, os resultados mostraram um movimento ascendente, principalmente quando se observa o comportamento das vendas no trimestre sem o ajuste sazonal (3,1%) e com ajuste sazonal (1,9%). Por atividade, os dados do comércio varejista baiano no terceiro trimestre revelaram que seis dos oito segmentos que compõem o indicador do volume de vendas registraram comportamento positivo. No acumulado no ano, o comércio varejista registrou uma taxa de expansão moderada nas vendas de (1,4%). Esses dados apresentados foram apurados pela Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Dados as incertezas que atingem esse setor, ainda não é possível traçar o seu comportamento para os próximos meses. Todavia, a expansão das vendas registrada em setembro (5,9%) em relação a igual mês do ano passado pode ser sinalização de recuperação do setor para o último trimestre do ano, considerando que nos próximos meses haverá impulsos adicionais como comemoração do Dia das Crianças, *Black Friday* e festas natalinas, associado a liberação do décimo terceiro salário.

Nos serviços, o volume verificado na Bahia foi de retração por dois trimestres seguidos. Quando comparado com o 3º trimestre do ano anterior, marcou queda de 2,9%, mantendo a desaceleração iniciada no 2º trimestre de 2025 (-2,0%), para esse tipo de comparação. Esse resultado foi inferior à média nacional (3,1%).

Nessa análise, quatro das cinco atividades puxaram o volume de serviços baiano para baixo, com destaque para as atividades de *Serviços prestados às famílias* (-6,0%), que contabilizou a variação negativa mais expressiva, seguida pela atividade de *Serviços profissionais, administrativos e complementares* (-3,7%), depois *Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio* (-2,5%), e *Serviços de informação e comunicação* (-2,4%). Por outro lado, a contribuição positiva veio de *Outros serviços* (5,0%).

No acumulado entre janeiro e setembro de 2025, em relação ao mesmo período do ano anterior, o volume de serviços retraiu 0,9%. Esse resultado também foi inferior à média nacional (2,8%).

Quanto a produção de grãos em 2024, tanto o IBGE como a Conab confirmam uma produção de grãos maior em 2025 para a Bahia, beneficiada pelas condições climáticas favoráveis.

No que concerne ao acompanhamento da safra pela Conab, no seu décimo segundo levantamento para o ciclo 2024/2025, a produção baiana de grãos atingiu mais de 13,9 milhões de toneladas, 10,9% maior em relação ao ciclo 2023/2024. Com relação à área plantada, houve ampliação de 4,5% na mesma base de comparação, alcançando área de 3,95 milhões de ha. Assim, o rendimento médio do conjunto das lavouras pesquisadas foi de 3,51 t/ha.

Por sua vez, o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado pelo IBGE, de outubro de 2025, estimou uma produção de cereais, oleaginosas e leguminosas acima de 12,8 milhões de toneladas, o que representa uma expansão de 12,8% na comparação com a safra de 2024, novo recorde histórico para a Bahia.

No âmbito do comércio exterior, com o impacto da queda de 24,6% no volume embarcado e de 7,2% nos preços médios, dados preliminares sobre as exportações baianas, acusam recuo de 16,3% nas vendas no terceiro trimestre, comparado a igual período de 2024, passando para US\$ 2,76 bilhões. O principal fator por trás dessa queda continua sendo a nova realidade global marcada por incertezas sem precedentes pós tarifação dos EUA a diversos países, com a consequente desaceleração do crescimento econômico global.

No acumulado até setembro as exportações baianas somam US\$ 8,33 bilhões também com queda de 4,0% e com redução de 7,1% nos preços médios, mas ainda com aumento no volume embarcado de 3,3%.

No terceiro trimestre, as importações baianas cresceram 2,4%, tendo desempenho inverso ao das exportações. Já o volume desembarcado indicou queda de 6,8%, revelando aumento de preços em média de 10,0%. Contribuiu muito para esta alta de preços, a oferta restrita de fertilizantes, algo que a Bahia é fortemente dependente de importações. No período, as compras baianas do insumo cresceram 3,4% enquanto os desembolsos aumentaram em 6,0% passando a US\$ 272,3 milhões.

Com os resultados apurados até setembro, o saldo comercial da Bahia atingiu US\$ 1,02 bilhão, aumento de 193,0% no comparativo interanual. A corrente de comércio, soma de exportações e importações, alcançou US\$ 15,63 bilhões, com uma redução de 8,1%.

A desaceleração registrada por alguns setores no trimestre não foi percebida no mercado de trabalho. Esse mercado continuou como peça importante para o movimento das engrenagens da atividade econômica nos últimos meses. No terceiro trimestre de 2025, de acordo com os dados do Caged, o montante de empregos formais no estado se ampliou, fruto da geração de 32.319 novos postos de trabalho. Ao fim do 3º trimestre de 2025, a Bahia passou a contar com 2.237.507 milhões de vínculos celetistas ativos, o que significou uma elevação de aproximadamente 4,67% sobre o quantitativo de 2,138 milhões de empregos registrados no início do ano (estoque de referência). Dessa forma, ao fim do terceiro trimestre, a Bahia

concentrava 27,03% e 4,57% do total de empregos com carteira assinada existente na região nordestina e no país, respectivamente, mantendo-se, assim, com o maior volume de vínculos formais do Nordeste e o sétimo maior montante entre as 27 unidades federativas.

No terceiro trimestre de 2025, o crescimento de empregos com carteira assinada na Bahia alcançou todos os cinco grandes setores. O destaque foi o setor de *Serviços* com a contratação líquida de 12.842 trabalhadores no período. O setor de *Construção*, com 6.507 novos contratos, também indicou um saldo relativamente relevante, evidenciando o segundo melhor resultado entre as atividades. Em seguida, com dados positivos menos expressivos veio o *Comércio* (5.741 vínculos), a *Indústria geral* (5.588) e a *Agropecuária* (1.641 vagas).

A geração de empregos contribuiu para que a taxa de desocupação se reduzisse. De acordo com o levantamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) na Bahia, a taxa trimestral de desocupação ficou em 8,5%, no terceiro trimestre de 2025. O contingente de ocupados no conjunto dos meses de julho a setembro de 2025 na Bahia, com 6,554 milhões de pessoas de 14 anos ou mais de idade, reforçado pelo acréscimo na margem, revelou-se o maior da história – renovando, assim, o auge atingido recentemente, quando contabilizou 6,458 milhões de ocupados no segundo trimestre de 2025.

O rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês pelas pessoas ocupadas, no terceiro trimestre de 2025, na Bahia, foi estimado em R\$ 2.278, o quarto maior da série – mas o segundo mais baixo entre as unidades federativas, acima apenas ao do Maranhão, estimado em R\$ 2.198. Além do mais, o rendimento médio baiano se mostrou equivalente a 65,0% e a 93,4% dos rendimentos médio brasileiro e nordestino, que foram de R\$ 3.507 e de R\$ 2.438 no referido trimestre, respectivamente. Em relação ao mesmo intervalo de 2024, quando estava em R\$ 2.158, houve alta de 5,6% (ou seja, mais R\$ 120) – aumento após ter recuado nessa base de comparação. No comparativo com o trimestre imediatamente anterior, quando o valor estava em R\$ 2.206, ocorreu uma variação positiva de 3,3% (mais R\$ 72), alta após ter diminuído.

Frente ao segundo trimestre de 2025, a massa de rendimento real de todos os trabalhos habitualmente recebido por mês pelas pessoas ocupadas foi estimada em R\$ 14,630 bilhões no estado, o maior montante desde o início da série histórica – significando uma elevação de 4,6%, de R\$ 13,990 bilhões, e uma alta de 11,1% num comparativo com o total do mesmo período do ano de 2024, cujo valor havia sido de R\$ 13,166 bilhões.

Para os próximos meses, diante de um cenário econômico provavelmente menos vigoroso, a geração de empregos, principalmente aqueles com carteira assinada, pode vir a ser afetada e, assim, vir a assumir um compasso relativamente mais lento. No entanto, vale destacar, mesmo que venha a experimentar ritmo menos intenso, a expectativa é de que o mercado de trabalho continue incorporando trabalhadores e gerando renda até o final do ano.

A dinâmica apresentada pela atividade econômica na Bahia para o terceiro trimestre na ótica do Produto Interno Bruto (PIB) registrou ritmo de crescimento positivo. De acordo com os dados divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o nível de atividade econômica cresceu 2,2% no terceiro trimestre de 2025, em comparação ao mesmo período do ano anterior. Considerando-se a série com ajuste sazonal (terceiro trimestre de 2025 em relação ao segundo trimestre de 2025), o resultado foi de 0,4%. No acumulado do ano – janeiro a setembro –, o PIB registrou acréscimo de 2,7%.

Em resumo, as pesquisas mensais referentes ao terceiro trimestre mostraram que os resultados negativos para a indústria geral, e serviços, mas com significativa geração de emprego formal e principalmente o excelente desempenho da safra de grãos contribuiu que o PIB da Bahia, calculado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), expandisse 0,4% quando comparado ao trimestre anterior.

Sob a ótica da produção, o resultado do terceiro trimestre revela um cenário com ritmos distintos entre os setores. Apesar do excelente desempenho da agropecuária (12,4%), a indústria e o setor de serviços registrou crescimento mais moderado (0,9%), cuja resiliência e participação ainda seguem sustentando o

crescimento do PIB. Em contrapartida, segmentos industriais mais sensíveis ao ciclo econômico, como indústria extrativa e boa parte das indústrias de transformação, registraram desempenhos mais expressivo de 21,3% e 1,6%, respectivamente.

Na análise trimestral, a atividade econômica baiana desacelerou nos últimos três trimestres com taxas de 3,4%; 2,6%; e 2,2%, acumulando no ano crescimento de 2,7%, taxa inferior a observada no mesmo período de 2024, quando registrou crescimento de 2,9%. A dinâmica favorável do mercado de trabalho, as transferências de renda do governo e as contribuições advindas da agropecuária e da indústria extrativa ajudaram a compensar os efeitos negativos da política monetária restritiva e da inflação atenuando o ritmo dessa desaceleração. Entretanto, para os próximos meses, o cenário ainda é incerto, visto às indefinições das políticas fiscal e monetária e do conturbado cenário externo.

AGROPECUÁRIA

Carla Janira Souza do Nascimento

carlajanira@sei.ba.gov.br

A colheita das culturas agrícolas no Brasil, de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)⁶, alcançou uma produção de grãos de 350,2 milhões de toneladas (t) em 2025. O volume representa um aumento de 16,3% na comparação com a safra 2023/2024.

Por sua vez, o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA)⁷, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁸, estima uma safra nacional de 345,6 milhões de toneladas de cereais, leguminosas e oleaginosas. Assim como na Conab, a estimativa também é de crescimento, com produção 18,1% superior à safra obtida em 2024, e área colhida de 81,5 milhões de hectares (ha), 3,1% maior que a área em 2024. A maior produtividade, principalmente, das lavouras de soja, milho e algodão explicam a expansão da produção agrícola brasileira na safra 2025, ainda que os preços das commodities estejam em patamares abaixo do desejado pelos produtores.

Na Bahia, após a queda na produção de grãos em 2024, tanto o IBGE quanto a Conab confirmam uma produção de grãos maior em 2025, beneficiada pelas condições climáticas favoráveis.

No que concerne ao acompanhamento da safra pela Conab, no seu décimo segundo levantamento para o ciclo 2024/2025, a produção baiana de grãos atingiu mais de 13,9 milhões de toneladas, 10,9% maior em relação ao ciclo 2023/2024⁹. Com relação à área plantada, houve ampliação de 4,5% na mesma base de comparação,

⁶ COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Acompanhamento da safra de grãos. 12º levantamento. v. 12, n. 11. Disponível em https://www.gov.br/conab/pt-br/atuacao/informacoes-agropecuarias/safras/safra-de-graos/boletim-da-safra-de-graos/2o-levantamento-safra-2025-26/e-book_boletim-de-safras-2o-levantamento_2025.pdf Acesso em: 28 ago. 2025.

⁷ LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2025. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2415/epag_2025_out.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025.

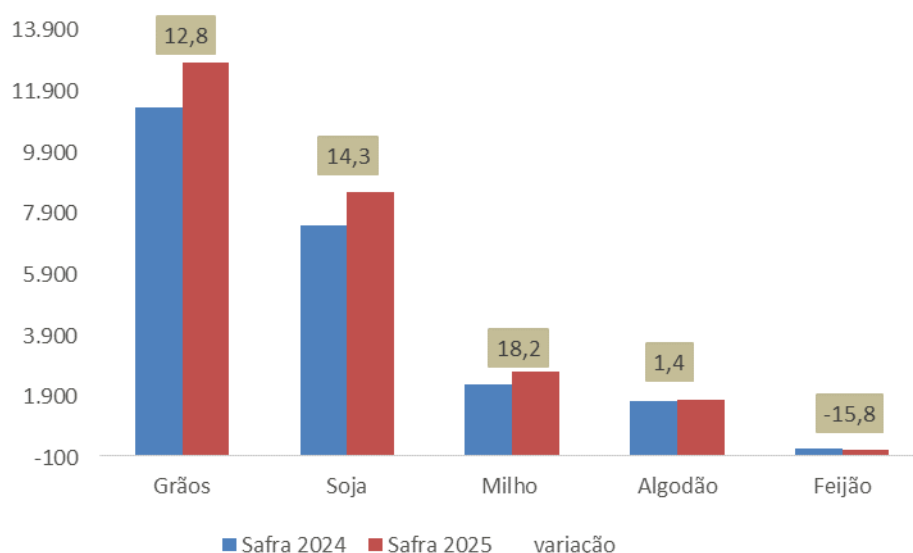
⁸ Refere-se ao décimo levantamento divulgado pelo IBGE, que tem o ano civil como referência para fins de levantamento da produção agrícola.

⁹ COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Acompanhamento da safra de grãos. 12º levantamento. v. 12, n. 12. Disponível em https://www.gov.br/conab/pt-br/atuacao/informacoes-agropecuarias/safras/safra-de-graos/boletim-da-safra-de-graos/2o-levantamento-safra-2025-26/e-book_boletim-de-safras-2o-levantamento_2025.pdf. Acesso em: 28 ago 2025.

alcançando área de 3,95 milhões de ha. Assim, o rendimento médio do conjunto das lavouras pesquisadas foi de 3,51 t/ha.

Por sua vez, o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado pelo IBGE, referente a outubro de 2025, estimou uma produção de cereais, oleaginosas e leguminosas¹⁰ acima de 12,8 milhões de toneladas, o que representa uma expansão de 12,8% na comparação com a safra de 2024, conforme ilustrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Estimativas da safra de grãos– Bahia –2024/2025



Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2025).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: valores em mil toneladas e variações anuais nos rótulos em percentuais.

Entre os grãos, destaca-se a produção de soja com estimativa de 8,61 milhões de toneladas, 14,3% acima do verificado em 2024, com ampliação da área plantada que deve ficar em 2,14 milhões de hectares (5,5% acima do observado em 2024). A produtividade da área colhida é 8,3% maior que a da safra passada.

As duas safras anuais do milho, estimadas pelo IBGE, devem alcançar 2,74 milhões de toneladas, o que representa crescimento de 18,2% na comparação anual. Com relação à área plantada (600 mil hectares), o IBGE apontou um decréscimo de 0,7%

¹⁰ Algodão (caroço de algodão), amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticle.

em relação à safra anterior. A estimativa da primeira safra anual é de 1,93 milhão de toneladas, sendo 24,6% acima de 2024. Para segunda safra (806 mil toneladas) a expectativa é de aumento de 5,3% em relação à colheita do ano anterior.

A produção de algodão (caroço e pluma) tem expectativa de acréscimo de 1,4% em relação a 2024, podendo alcançar, de acordo com o IBGE¹¹, 1,79 milhão de toneladas. A área plantada com a fibra (400 mil hectares) deve superar em 5,3% a de 2024. Segundo a Conab, o aporte hídrico favoreceu as lavouras de algodão e melhorou as condições de umidade do solo, minimizando perdas por falta de umidade.

Por sua vez, os demais grãos que tem pouca representatividade na agricultura baiana, como o feijão e o sorgo, registraram queda na produção.

Na lavoura do feijão, o IBGE projeta uma produção de 187 mil toneladas, representando recuo de 15,8% na comparação com a safra de 2024. A área plantada (350 mil hectares) recuou 7,9% em relação àquela observada no ano anterior. A primeira safra da leguminosa (86 mil toneladas) está estimada em 37,0% inferior à de 2024, e a segunda safra (100,8 mil toneladas) estima-se variação positiva de 18,3%, na mesma base de comparação.

OUTRAS LAVOURAS PERMANENTES E TEMPORÁRIAS

Em 2025, para safra de café está prevista a colheita de 262 mil toneladas, 5,1% acima do observado no ano passado. A safra do tipo arábica alcançou aproximadamente 89 mil toneladas, menor em 14,6% da safra do ano anterior. Por sua vez, a safra do tipo canéfora tem previsão de 100 mil toneladas, o que corresponde a um volume 18,3% acima do nível do ano anterior.

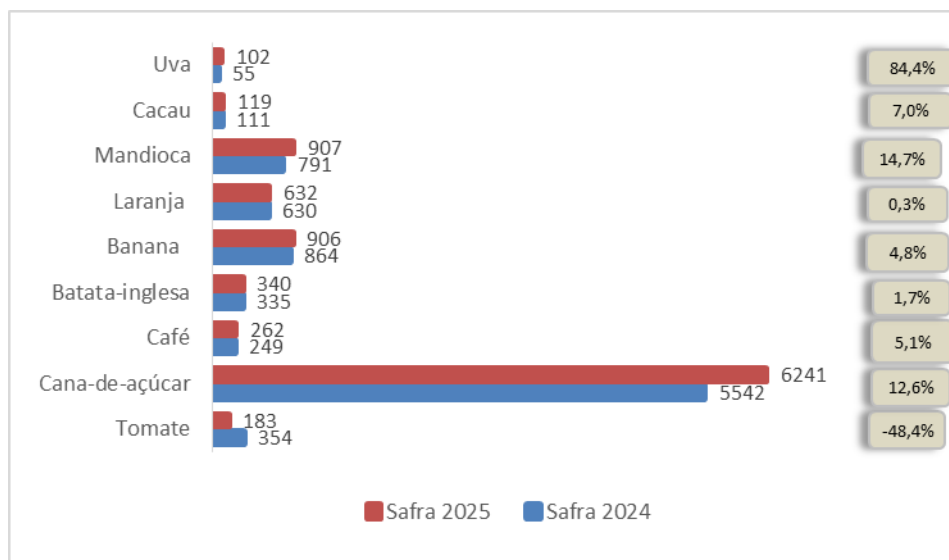
A estimativa para a lavoura cacaueteira é de uma safra de 119 mil toneladas, apontando aumento de 7,0% na comparação anual. A produção de cacau foi impulsionada em 2025 pela alta demanda global e pela redução na oferta, tendo em

¹¹ LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2025. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2415/epag_2025_out.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.

vista os problemas climáticos causados pelo El Niño e fitossanitários em importantes regiões produtoras, como na Costa do Marfim. E, claro, as condições climáticas têm sido favoráveis para lavoura cacaueteira nas regiões do Baixo Sul e Litoral Sul.

Para a lavoura da cana-de-açúcar, o IBGE estimou produção de 6,24 milhões de toneladas, revelando decréscimo de 12,6% em relação à safra 2024. Os municípios de Juazeiro, no Vale do São Francisco, e Caravelas, no Litoral Sul, cultivam mais de 50% da cana-de-açúcar do estado, de acordo com os dados da Pesquisa Agrícola dos Municípios de 2024.

Gráfico 2 – Variação percentual anual da produção de outras lavouras permanentes e temporárias – Bahia –2024/2025



Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2025).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Na fruticultura, as estimativas para as lavouras de banana (906 mil toneladas), laranja (632 mil toneladas) e uva (102 mil toneladas) são positivas. Neste sentido, registraram, respectivamente, variações de 4,8%, 0,3% e 84,4% em relação à safra anterior.

O levantamento do IBGE ainda indica uma produção de 907 mil toneladas de mandioca, 14,7% maior que a de 2024. A produção de batata-inglesa, de 340 mil toneladas, apresenta acréscimo de 1,7%; e a do tomate, de 183 mil toneladas, aponta queda de 48,4%, na comparação com a do ano anterior.

Com dados quase que totalmente consolidados para 2025, o IBGE já fez prognósticos para o ano de 2026, indicando uma produção 4,0% menor de grãos na Bahia, a qual será impactada, segundo a instituição, pelo menor rendimento médio da soja, visto que, estima-se que as áreas de cultivo da oleaginosa devem apresentar um ritmo lento de crescimento, motivado pelos preços da commodity, que vem sendo comercializada em patamares abaixo do esperado pelos produtores. Assim, destaca-se, entre os grãos, a queda na produção de soja (-1,0%), milho (1ª safra de -24,9% e 2ª safra de -4,2%) e sorgo (-3,8%). Em sentido contrário, os prognósticos são de crescimento para algodão (6,5%) e 1ª safra de feijão (23,5%), mas com recuo na 2ª safra do grão (-11,7%).

A Conab, por outro lado, em sua segunda estimativa para o ciclo 2025/2026, destaca o bom desempenho esperado na produção dos grãos para a próxima safra. A instituição estima produção de 14,6 milhões de toneladas de grãos – o que representa um avanço de 4,5% em relação ao ciclo 2024/2025. De acordo com a Conab, apesar da Região Nordeste apresentar níveis acumulados de chuva abaixo de 50 mm, na região leste do estado da Bahia, os volumes de chuva ultrapassaram os 70 mm, o que beneficiou as lavouras de cacau e frutas.

PECUÁRIA

De acordo com as estatísticas da produção pecuária do IBGE (2025)¹², coletadas pelos sistemas de inspeção federal, estadual e municipal, para a Bahia, foram abatidas aproximadamente 372 mil cabeças de bovinos no terceiro trimestre de 2025, o que corresponde a uma queda de 1,3% na comparação com o mesmo trimestre de 2024. No ano o abate de bovinos cresceu 4,3% no ano. Já o abate de suínos (74 mil cabeças) apresentou alta na comparação trimestral, com taxa de 3,1%. No ano houve queda de 2,6%.

¹² INDICADORES IBGE: estatística da produção pecuária. Rio de Janeiro: IBGE, jul./set. 2025. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2380/epp_2025_3tri.pdf. Acesso em: 10 dez. 2025.

A aquisição de leite, por sua vez, alcançou 148 mil litros no terceiro trimestre, com expansão de 11,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. No acumulado do ano, o crescimento na aquisição de leite foi de 6,8%.

Os frangos abatidos no período somaram 35 milhões de cabeças, aumento de 4,1% em relação ao terceiro trimestre de 2024. No ano teve aumento de 4,6%. A produção de ovos de galinha foi de 23 milhões de dúzias no terceiro trimestre de 2025. A produção resultou em acréscimo de 0,5% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior e de 7,0% no ano.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Carla Janira Souza do Nascimento

carlajanira@sei.ba.gov.br

O cenário macroeconômico no terceiro trimestre de 2025 refletiu a manutenção das altas taxas de juros no país e também as incertezas crescentes no período, em especial, devido às medidas de protecionismo dos EUA. Nesse contexto, a indústria brasileira manteve-se estável pelo quarto trimestre consecutivo no indicador da produção física¹³, posto que registrou taxa de -0,1%, 0,2%, 0,2% e 0,1%, respectivamente, no quarto trimestre de 2024, no primeiro, segundo e terceiro trimestres de 2025, comparados aos trimestres exatamente anteriores.

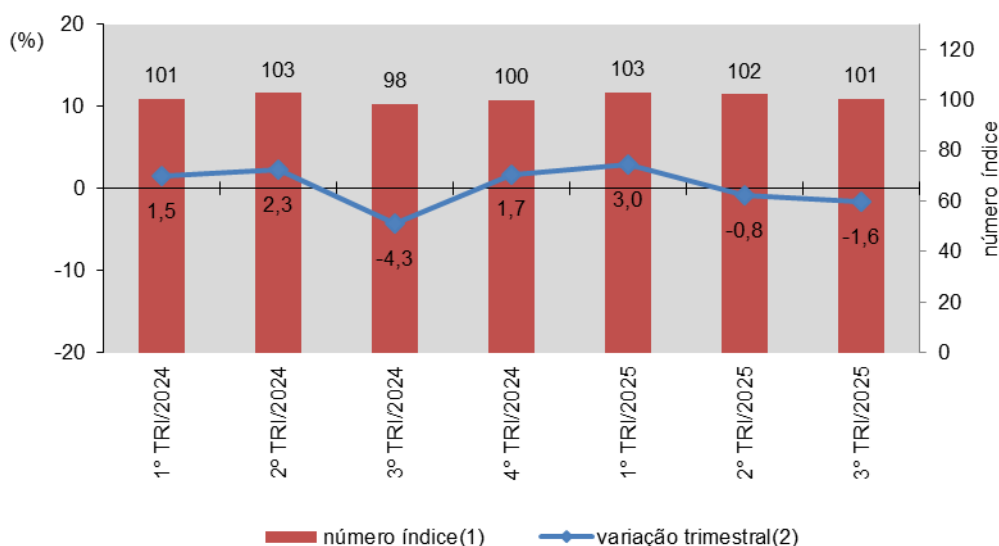
O desempenho na produção industrial do país foi acompanhado por recuo na confiança dos empresários do setor, significando que eles foram cautelosos no início do segundo semestre do ano, diante do cenário incerto para o futuro, tendo em vista as mudanças na economia mundial. Nesse período, o Índice de Confiança da Indústria (ICI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV-IBRE) recuou 6,3 pontos percentuais entre junho e setembro de 2025, para 90,5 pontos. Segundo o especialista Stéfano Pacini da FGV¹⁴:

¹³Na série com ajuste sazonal.

Nas avaliações sobre o momento atual dos negócios, preocupa o alto nível dos estoques na maioria dos setores. Quanto ao futuro, o sentimento de pessimismo é notado em todas as categorias de uso, sobretudo nas produtoras de bens duráveis que são mais sensíveis aos reflexos da política monetária contracionista (Sondagem da Indústria ..., 2025).

A indústria baiana, por sua vez, com base no indicador da produção física ajustado sazonalmente, recuou 1,6% no terceiro trimestre de 2025, em relação ao segundo trimestre, o qual havia apresentado decréscimo de 0,8% em relação ao primeiro trimestre de 2025, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM)¹⁵, evidenciando um declínio da trajetória do indicador por dois trimestres consecutivos, como ilustrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Produção física industrial (%) – Bahia – 1º trim. 2024-3º trim. 2025



Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal (2025).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: (1) Número índice ajustado sazonalmente.

(2) Variação no trimestre em relação ao trimestre exatamente anterior. Dados ajustados sazonalmente.

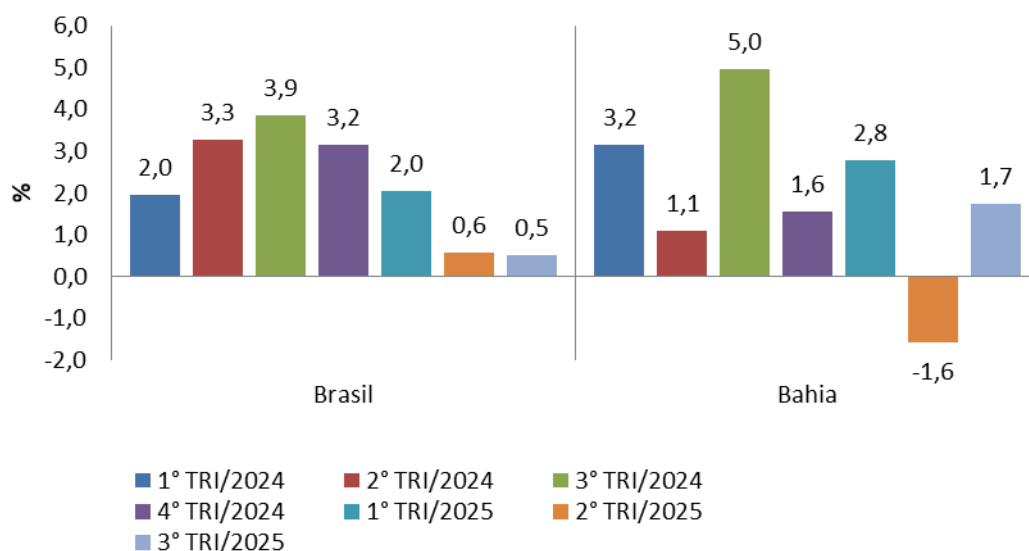
De outro ponto de vista, no período julho a setembro de 2025, a produção física da indústria baiana registrou um movimento ascendente, passando de -1,6% para 1,7%, entre o segundo e terceiro trimestres no indicador mensal (Gráfico 2). Para

¹⁴SONDAGEM DA INDÚSTRIA: Índice de Confiança da Indústria. FGV/IBRE: Rio de Janeiro, out. 2025. Disponível em: https://portalibre.fgv.br/system/files?file=divulgacao/releases/2025-10/Sondagem%20da%20Industria%20FGV_press%20release_Out25.pdf. Acesso em: 25 nov. 2025.

¹⁵ PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: produção física: regional. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2025. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/229/pim_pfr_2025_set.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025.

efeito de comparação, no mesmo período, a produção industrial do país registrou desaceleração para taxa de 0,5%, após apresentar, no segundo trimestre de 2025, taxa de 0,6%.

Gráfico 2 – Produção física industrial – Brasil e Bahia – 1º trim. 2024-3º trim. 2025



Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal (2025).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: Variação no trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

No âmbito estadual, entre o segundo e terceiro trimestres de 2025 os principais avanços ocorreram na produção de *Indústrias extrativas* (de -5,7% para 9,9%), *Produtos alimentícios* (de -4,8% para 1,8%) e em *Celulose, papel e produtos de papel* (de -3,2% para 6,5%). Destacam-se os recuos em *Metalurgia* (de 3,6% para -7,9%) e em *Couro, artigos para viagem e calçados* (de -13,9% para -18,2%).

No acumulado do ano de 2025, a indústria nacional registrou aumento de 1,0%, sendo que a principal contribuição para o setor veio de bens duráveis (4,8%), seguido por bens intermediários (2,3%). No setor de bens de capital, observou-se recuo de 0,2%, e em bens de consumo semi e não duráveis houve decréscimo de 2,6%.

A indústria baiana cresceu apenas 1,0% no acumulado do ano até setembro, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Na análise dos segmentos da

indústria baiana, observa-se crescimento em apenas quatro das 11 atividades no período. Os dados estão ilustrados no Gráfico 3.

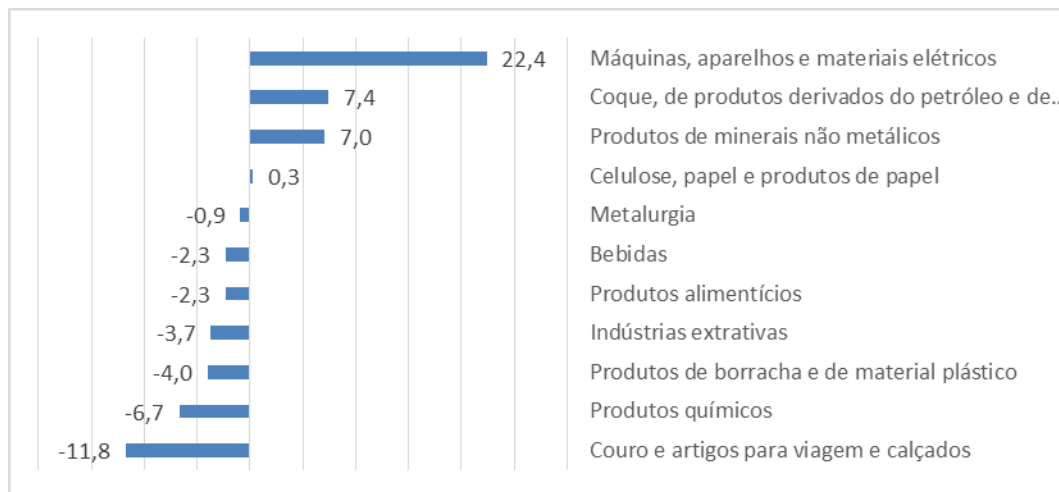
No ano até o mês de setembro, entre os segmentos que mais influenciaram o resultado positivo da indústria de transformação baiana, que cresceu em 1,3%, destaca-se o setor de *Derivados de petróleo*, que registrou avanço na produção de 7,4%, principalmente devido ao aumento no processamento de gasolina e óleo combustível.

O setor de *Máquinas, aparelhos e materiais elétricos* que registrou avanço de 22,4% no período, atribuído, principalmente, à maior produção de eletrodomésticos.

A produção de *Minerais não metálicos* aumentou 7,0% no período. Houve avanço, principalmente, na fabricação de massa de concreto e outros insumos para o setor da construção. O desempenho do setor reflete o crescimento das obras civis de empreendimentos imobiliários, mesmo diante das incertezas dos empresários diante das dificuldades de acesso ao crédito, atrelado às elevadas taxas de juros que impactam o setor da construção.

O segmento de *Celulose e papel* avançou apenas 0,3% no acumulado no ano. O baixo desempenho anual do segmento reflete a parada geral programada para manutenção em uma das unidades produtoras no estado, no primeiro trimestre, o que levou à redução da produção de celulose no período.

Gráfico 3 – Produção física da indústria por setores de atividade (%) – Bahia – janeiro a setembro de 2025



Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal (2025).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: variação percentual acumulada no período em relação ao mesmo período do ano anterior.

A principal contribuição negativa no acumulado no ano até setembro veio de *Produtos químicos*, principalmente em razão da menor fabricação de bens químicos de uso industrial. De modo geral, o segmento tem apresentado capacidade ociosa, afetado pela menor demanda externa e pela baixa competitividade dos produtos domésticos frente aos importados, assim como, pelo aumento no preço interno do gás natural. No acumulado do ano de 2025, houve queda nas vendas externas do setor com taxa -19,4%.

No segmento de *Produtos alimentícios* foi observada retração de 2,3%. A queda na produção do segmento de *Alimentos* está atribuída, em especial, a menor transformação de derivados do cacau. Entretanto, as vendas externas de derivados de cacau avançaram 38,8% no ano até setembro, principalmente por conta do crescimento dos preços médios com taxa 29,9%, enquanto o volume aumentou 6,9%.

Na indústria de *Couro e calçados*, a queda de 11,8% do setor deu-se especialmente pela menor produção de calçados sintéticos e couros.

O segmento de *Produtos de borracha e material plástico*, com recuo de 4,0% no período, teve o desempenho influenciado, principalmente, pela redução na produção insumos da construção civil, embalagens plásticas e de pneus.

A indústria de *Bebidas* recuou 2,3% no período, impactada pela menor produção de cervejas/chopes e águas minerais.

A indústria *Metalúrgica* registrou taxa anual de -0,9%, sobretudo pela menor produção de ferrossilício. No período, as vendas externas do setor metalúrgico recuaram 2,7% e os preços médios do setor reduziram 16,4%¹⁶, porém houve acréscimo no volume de vendas do segmento em 16,4% no período, especialmente, de ferroligas, no caso ferrossilício.

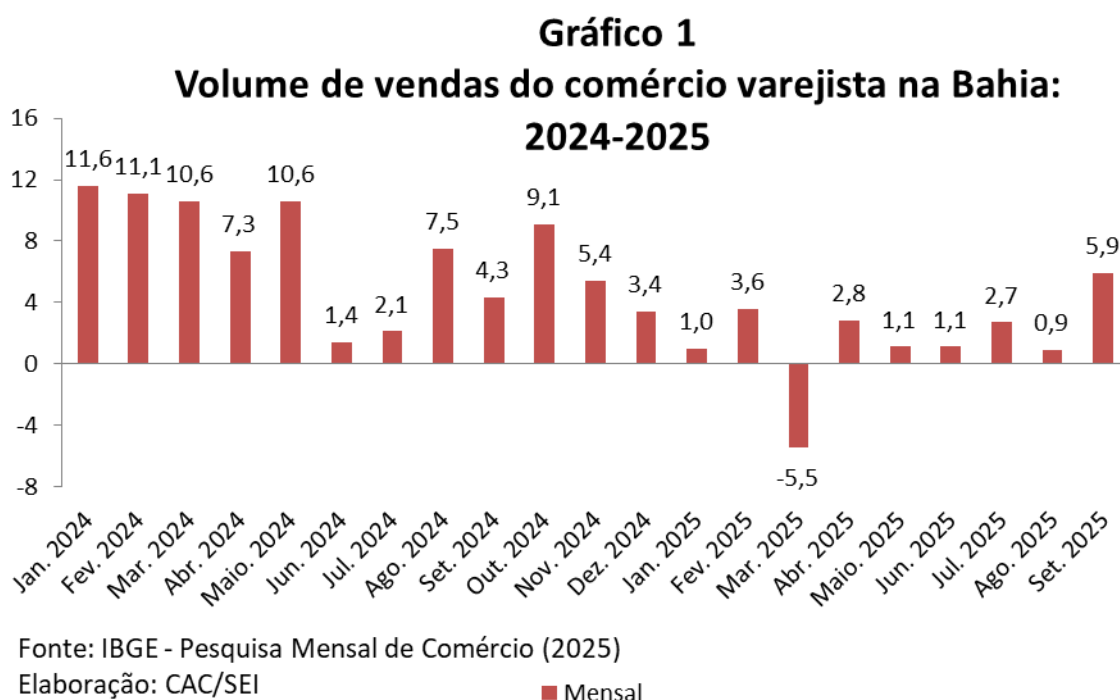
A *Indústria extrativa* apresentou declínio de 3,7% no período, principalmente em decorrência da redução na produção de magnésia e minérios de cobre em bruto. Diante do exposto, observa-se que a política comercial americana trouxe expectativas negativas para o segundo semestre da indústria baiana, visto que os setores mais ameaçados pelas taxas impostas pelos EUA possuem significativa representatividade na produção industrial baiana, a exemplo do químico, de borracha (especialmente pneus), alimentos (como carnes, cacau e frutas) entre outros. Porém, após o período mais crítico da política comercial americana, é importante ressaltar que as exportações desses produtos poderiam ser impactadas, provocando forte redução na oferta desses produtos, caso as empresas desses setores não tivessem destinado seus produtos a outros mercados. Assim, mesmo com a normalização da questão tarifária EUA x Brasil, muitos produtos ainda precisam ter alíquotas reduzidas e/ou retiradas. Neste sentido, é imprevisível o desempenho da atividade industrial no último trimestre, pois a incerteza na política externa, além de retração nas exportações, inclui perda de competitividade, redução de investimentos e pressão sobre o mercado de trabalho. Ademais, o setor está pressionado pelas elevadas taxas de juros e elevados estoques.

¹⁶DESEMPENHO do comércio exterior baiano. Boletim de Comércio Exterior da Bahia, Salvador, 2025. Disponível https://www.ba.gov.br/sei/sites/site-sei/files/2025-11/Release_Outubro.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025.

COMÉRCIO VAREJISTA

Elissandra Alves de Britto
elissandra@sei.ba.gov.br

A dinâmica das vendas do comércio varejista na Bahia foi comprometida ao longo dos nove meses do ano de 2025, comparado a igual período de 2024. Apesar de no mês de setembro/2025, a taxa de 5,9% trazer um alento para o setor. A expansão apresentada ficou acima da registrada no Brasil (0,8%) e superou a variação das vendas em igual mês de 2024 (4,3%) (Gráfico 1).

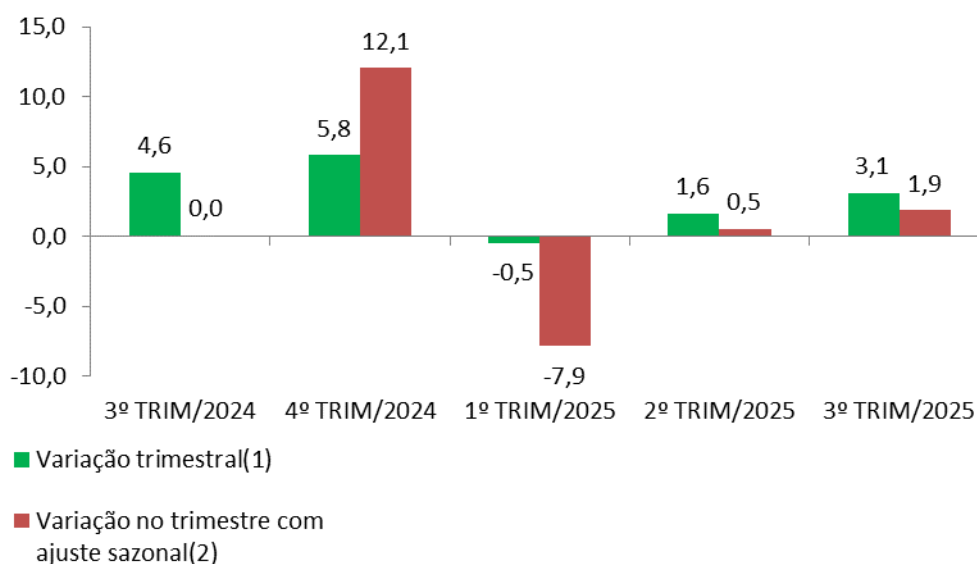


No comparativo com o ano anterior, o crescimento das vendas na Bahia observado no último mês foi atribuído a melhora na expectativa do consumidor, baseada na manutenção de um forte mercado de trabalho e recente alívio da inflação. Segundo os dados da Fundação Getúlio Vargas o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) do FGV IBRE avançou 1,3 ponto em setembro atingindo 87,5 pontos¹⁷.

¹⁷ Ver a respeito Sondagem do Consumidor avança em setembro. Disponível em: https://portalibre.fgv.br/system/files/divulgacao/noticias/mat-complementar/2025-09/Press%20Release_ICC_Set25.pdf. Acesso em: 02 dez. 2025.

Apesar do comportamento incerto das vendas no setor, o resultado mensal pode estar sinalizando para uma lenta recuperação gradual, considerando que nos próximos meses haverá impulsos adicionais como comemoração do Dia das Crianças, *Black Friday* e festas natalinas. Na ótica trimestral, os resultados mostraram um movimento ascendente, especialmente ao se observar o comportamento das vendas no trimestre sem o ajuste sazonal que registrou crescimento de 3,1% (Gráfico 2).

**Gráfico 2 - Volume de vendas do comércio varejista na Bahia-
3º TRIM/2024 - 3º TRIM/2025**



Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio (2025)

Elaboração: SEI/CAC

(1) Variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior

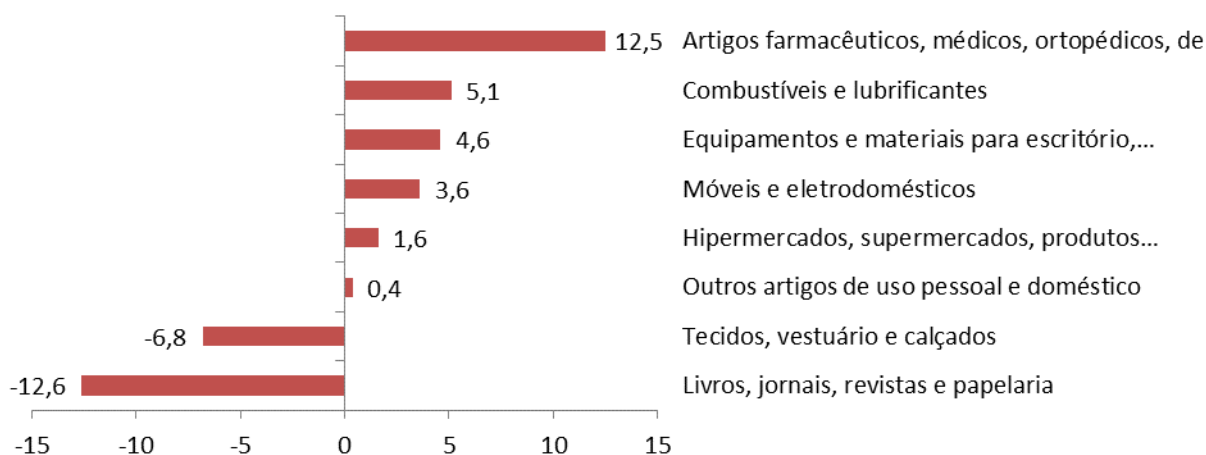
(2) Variação do trimestre em relação ao trimestre anterior. Dados ajustados sazonalmente.

Por atividade, os dados do comércio varejista baiano no terceiro trimestre revelaram que seis dos oito segmentos que compõem o indicador do volume de vendas registraram comportamento positivo. A expansão nas vendas foi verificada nos segmentos de *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (12,5%), *Combustíveis e lubrificantes* (5,1%), *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (4,6%), *Móveis e eletrodomésticos* (3,6%), *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (1,6%), e *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (0,4%). Enquanto *Tecidos*,

vestuário e calçados (-6,8%), e *Livros, jornais, revistas e papelaria* (-12,6%) registraram taxas negativas (Gráfico 3).

Gráfico 3

Volume de vendas das atividades do comércio varejista* - Bahia - 3º TRIM/2025



Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio (2025)

Elaboração SEI/CAC

*Variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior

■ 3º trim.2025

Quanto aos aspectos impulsionadores das vendas no setor, observa-se de acordo com os dados do Boletim da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), com base nos dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) divulgados para o mês de setembro/2025, que “no agregado do ano, a Bahia preencheu 99.732 novas vagas – aumento de 4,67% em relação ao total de vínculos do começo do ano”.¹⁸

A inflação acumulada na Região Metropolitana de Salvador de janeiro a setembro apresentou ritmo de aceleração (3,12%). O índice foi pressionado pela alta dos preços no grupo de *Educação* (6,04%), *Habitação* (5,17%), *Despesas pessoais* (5,12%), *Saúde e cuidados pessoais* (4,71%), *Vestuário* (3,06%), *Alimentação e bebidas* (2,49%), *Comunicação* (1,17%), e *Transportes* (0,60%). A exceção ficou por conta de *Artigos de residência* (-2,53%) que registrou deflação nesse mês.

¹⁸ Dados coletados em Boletim Mensal do Caged. Setembro de 2025. Disponível em:

https://www.ba.gov.br/sei/sites/site-sei/files/2025-11/Boletim_Caged_Set_2025.pdf. Acesso em: 02 dez. 2025.

Assim, o movimento de casualidade do mercado de trabalho e inflação resultou numa taxa de crescimento moderada nas vendas do comércio varejista para o acumulado de nove meses (1,4%). Quanto ao critério de magnitude da taxa, o destaque positivo nas vendas desse período no varejo restrito foi *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos*, (8,8%) e pelo lado negativo *Livros, jornais, revistas e papelaria* (-18,5%) (Tabela 1). Os dados apresentados foram apurados pela Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – realizada em âmbito nacional – e analisados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento.

Tabela 1

Volume de vendas do comércio varejista Bahia, no acumulado do ano 2025* (1)

Atividade	Ano
Comércio varejista	1,4
1 - Combustíveis e lubrificantes	0,8
2 - Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	0,9
2.1 - Hipermercados e supermercados	2,2
3 - Tecidos, vestuário e calçados	-1,5
4 - Móveis e eletrodomésticos	2,6
4.1 - Móveis	-2,8
4.2 - Eletrodomésticos	7,8
5 - Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	8,8
6 - Equipamentos e material de escritório, informática e comunicação	-16,6
7 - Livros, jornais, revistas e papelaria	-18,5
8 - Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-0,6
Atacado selecionado e outros (2)	-1,0
9 - Veículos, motocicleta, partes e peças	7,8
10 - Materiais de construção	-1,5
11 - Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	-19,5

Fonte: IBGE/PMC.

(1) Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior.

(2) O indicador do comércio varejista ampliado é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 11.

* Dados apurados até o mês de setembro/2025.

Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, segmento que comercializa bens com demanda permanente apresentou comportamento em evidência no terceiro trimestre e no acumulado do ano. Na análise trimestral foi influenciado pela massa de rendimentos real efetivamente recebida pelos ocupados na Bahia, apurada pela PNAD Contínua, cuja variação positiva foi de 9,3%.

Outro aspecto observado no período foi o indicador antecedente do consumo. Segundo a Pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), a Intenção de Consumo das Famílias (ICF) retraiu -3,1% no comparativo anual. Essa queda foi influenciada principalmente pelas famílias com renda de até 10 salários-mínimos. O item Acesso ao Crédito apresentou o maior recuo (-3,1%). De acordo com essa pesquisa, quase metade das famílias soteropolitanas (46,1%) informaram maior dificuldade para obter crédito nas compras a prazo. Esse cenário é resultado do aumento da taxa de juros e da inadimplência, que elevam os riscos associados à concessão de financiamentos¹⁹.

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC)²⁰, elaborada mensalmente pela Fecomércio BA, apontou aumento na taxa de famílias endividadas em Salvador, pelo sexto mês consecutivo. Em setembro, o percentual alcançado foi de 72,9% dos lares, superando a do mês imediatamente anterior (71,3%) e a igual período do ano passado (64,6%). Esse patamar representa 686,5 mil famílias endividadas e foi considerado o mais alto registrado pela pesquisa desde julho de 2013, quando a taxa foi de 74,0%. O aumento do endividamento resultou no crescimento da inadimplência em 25,0% das famílias soteropolitanas.

Assim, apesar do dinamismo no mercado de trabalho e de uma inflação em patamar mais moderado, ainda não é possível vislumbrar retomadas de vendas vultosas no varejo, dado ao aumento do número de famílias endividadas, e de taxas de juros elevadas. A despeito das datas comemorativas do próximo trimestre serem impulsionadoras de vendas, principalmente no mês de novembro e dezembro dado a liberação do décimo terceiro salário.

No comércio varejista ampliado que inclui o varejo restrito e mais as atividades de *Veículos, motocicleta, partes e peças, Materiais de construção, e Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo* a expansão no terceiro trimestre foi de 1,5%, em relação a igual período do ano anterior. Essa taxa

¹⁹ Ver a respeito Confiança do Consumidor cai 2% em setembro, aponta fecomércio Ba. Fecomércio Ba. Disponível em: <https://fecomercioba.com.br/central-conhecimento/icf-setembro-2025/>. Acesso em: 02 dez. 2025.

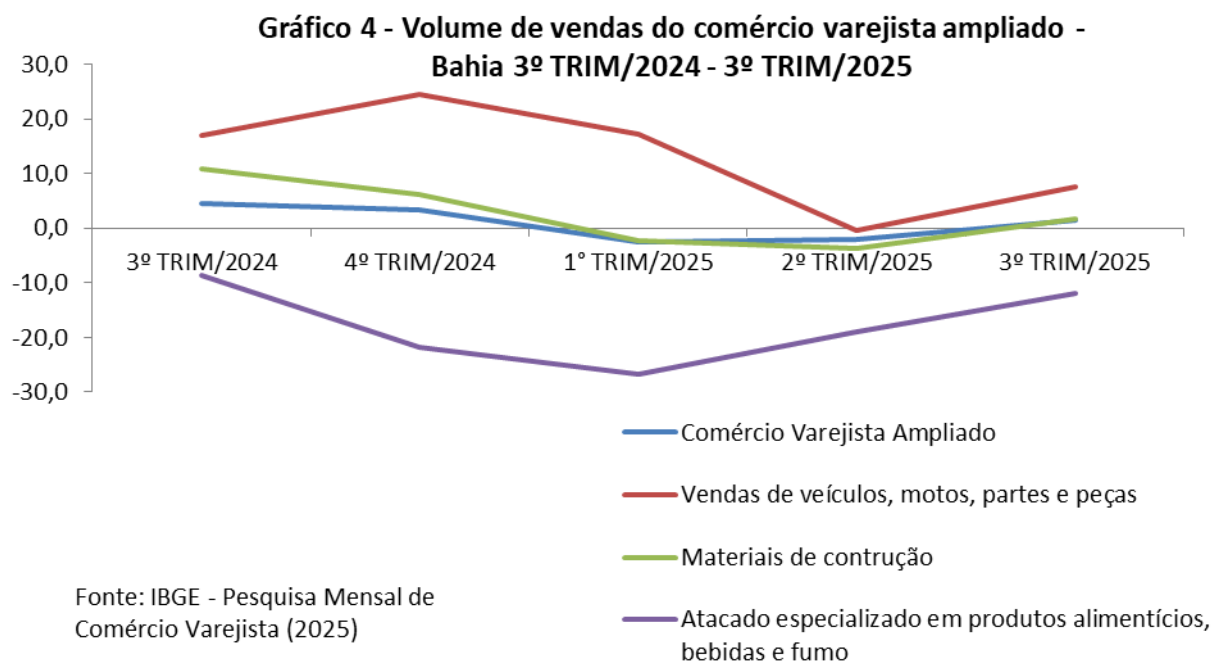
²⁰ Ver a respeito Fecomércio BA. Número de famílias endividadas sobe ao maior nível em 12 anos, avalia fecomércio Ba. Disponível em: <https://fecomercioba.com.br/central-conhecimento/peic-agosto-2025-2/>. Acesso em: 01 dez. 2025.

representa mudança de trajetória nas vendas do ampliado. Ao contrário do país que manteve a retração com a variação negativa de -1,2%, para a mesma ótica de análise.

Quanto as atividades que compõem o varejo ampliado, observa-se que *Veículos, motocicleta, partes e peças* e *Materiais de construção* expandiram suas vendas no terceiro trimestre em 7,7%, e 1,6%, respectivamente, mudando suas trajetórias. Em *Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo* apesar da variação negativa (-11,8%) foi observado ritmo de queda arrefecido (Gráfico 4).

Veículos, motocicleta, partes e peças foi influenciado pelos incentivos fiscais concedidos pelo Governo do Estado da Bahia aos servidores públicos estaduais para aquisição de carros elétricos e híbridos da *greentech* da montadora chinesa *Build Your Dreams* (BYD).

Já *Materiais de construção*, tratando-se de um ramo impactado pela renda e principalmente pelo crédito na modalidade de cartão de crédito, perdeu ritmo a partir do terceiro trimestre de 2024 chegando a registrar variação negativa no primeiro (-2,3%) e segundo trimestre (-3,8%), sugerindo que ante a elevação dos preços de alguns produtos e da taxa de juros, os consumidores ficaram mais cautelosos na aquisição de produtos comercializados pela atividade. Embora no terceiro trimestre tenha ocorrido expansão nas vendas. Já *Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo* ficou sujeito às variações de preços dos alimentos no mercado, assim como à disponibilidade de renda do consumidor.



No acumulado do ano, o destaque positivo no período ficou por conta de *Veículos, motocicleta, partes e peças* que registrou ritmo de crescimento aquecido 7,8% (Tabela 1). Ao passo que *Materiais de construção* (-1,5%) e *Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo* (-19,5%) foram determinantes para a retração nas vendas apresentada pelo varejo ampliado no período (-1,0%).

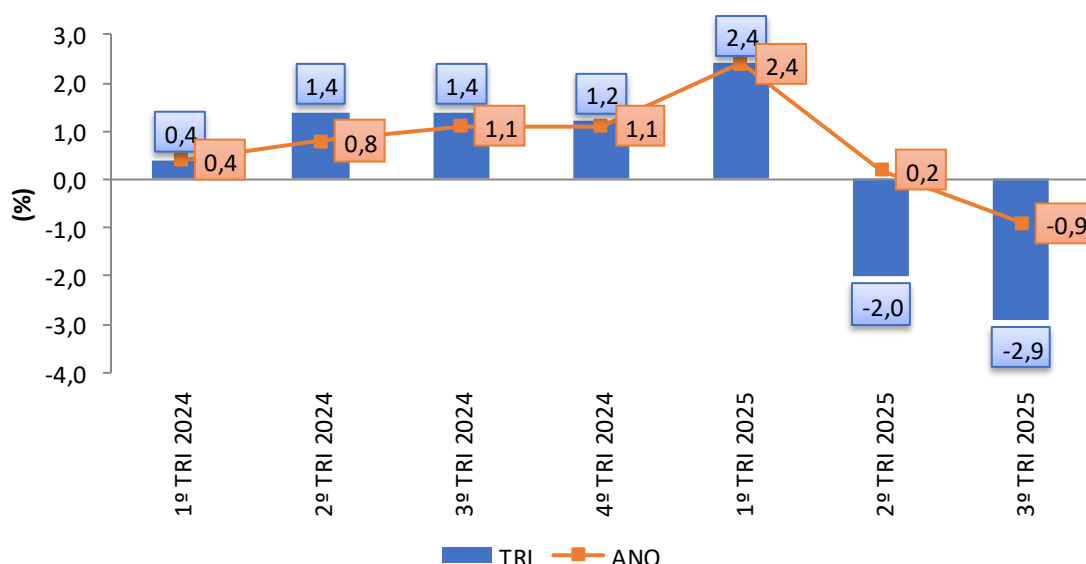
Nesse aspecto, os dados apresentados pela pesquisa sobre comércio varejista no terceiro trimestre de 2025 apesar de positivos devem ser vistos com cautela, pois a manutenção da trajetória dos juros elevados, impactando nos níveis de endividamento e inadimplência podem comprometer a dinâmica do setor. Nesse aspecto, a expectativa para o comportamento do varejo no quarto trimestre é de taxas de crescimentos moderadas.

SERVIÇOS

Rosângela Conceição
rosangela@sei.ba.gov.br

De acordo com os resultados da Pesquisa Mensal de Serviços, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e sistematizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o volume de serviços na Bahia, quando comparado com o 3º trimestre do ano anterior, marcou queda de 2,9%, mantendo a desaceleração iniciada no 2º trimestre de 2025 (-2,0%), para esse tipo de comparação. Esse resultado foi inferior à média nacional (3,1%) (Gráfico 1).

Gráfico 1
Volume de Serviços (1) (2)
Bahia — 1º trim. 2024-3º trim. 2025



Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Serviços (PMS).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

(1) Variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

(2) Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Nessa análise, quatro das cinco atividades puxaram o volume de serviços baiano para baixo, com destaque para as atividades de *Serviços prestados às famílias* (-6,0%), que contabilizou a variação negativa mais expressiva, seguida pela atividade

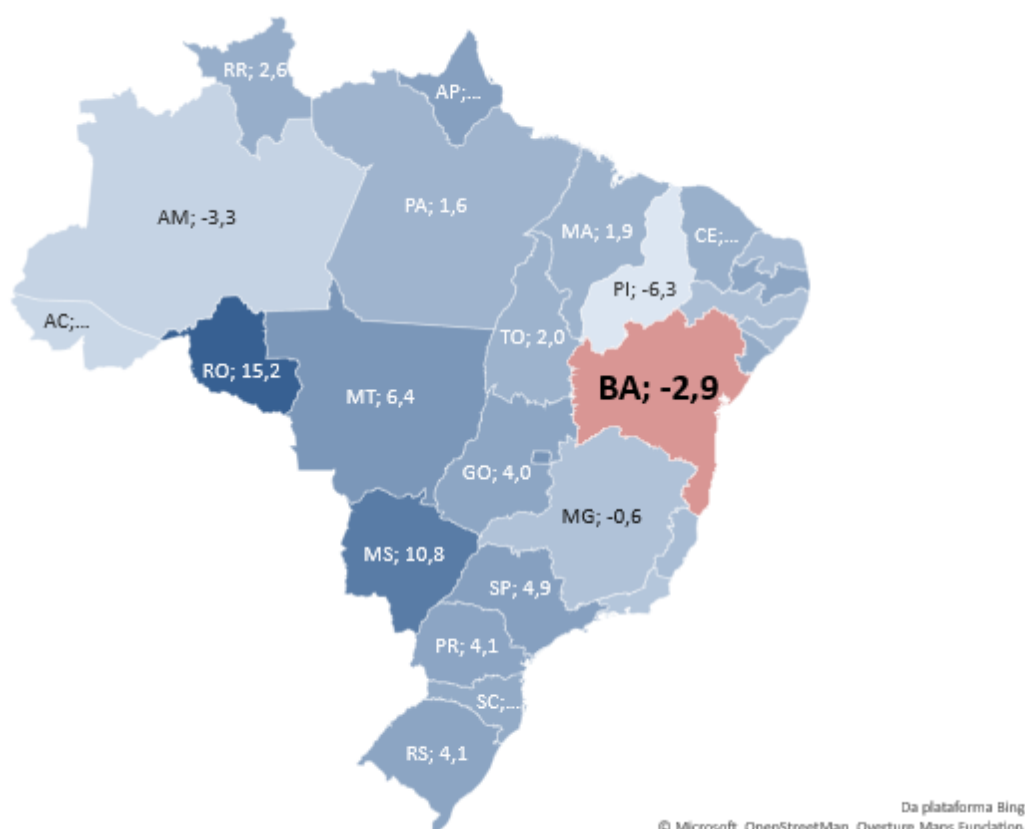
de *Serviços profissionais, administrativos e complementares* (-3,7%), depois *Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio* (-2,5%), e *Serviços de informação e comunicação* (-2,4%). Por outro lado, a contribuição positiva veio de *Outros serviços* (5,0%).

Na comparação nacional, 21 das 27 unidades da federação contribuíram positivamente para o resultado nacional (3,1%). As variações mais expressivas em termos regionais ocorreram em Rondônia (15,2%), seguida por Mato Grosso do Sul (10,8%), depois Distrito Federal (6,8%), e Mato Grosso (6,4%). Em sentido oposto, Piauí (-6,3%), Acre (-3,8%), e Amazonas (-3,3%), foram os principais recuos. Nessa comparação, a Bahia (-2,9%) contabilizou a 4ª posição entre os locais investigados que desaceleraram no trimestre (Figura 1).

Figura 1

Volume de Serviços, por Unidades da Federação (1)

Bahia — 3º Trim. 2025/3º Trim. 2024



Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Serviços (PMS).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

(1) Variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Apesar do resultado negativo do volume, o setor ainda assim, contabilizou saldo positivo na geração de emprego. Segundo as informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Previdência, sistematizadas pela SEI, no terceiro trimestre ano de 2025, na Bahia, o setor de serviços contabilizou 12.842 novos postos de trabalho com carteira assinada. Esse resultado é superior em relação aos outros setores (*Agropecuária, Comércio, Construção e Indústria*), e inferior em relação ao mesmo período do ano passado, em que havia sido de 23.173 novos empregos celetistas.

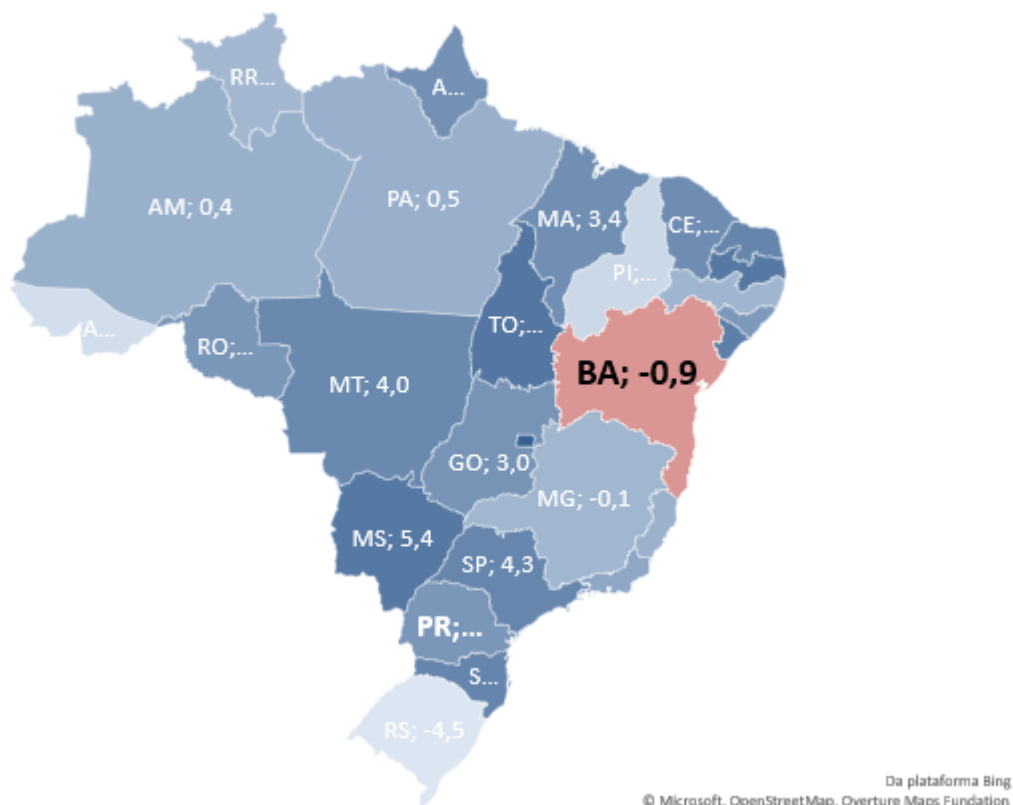
Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do setor de serviços no estado totalizou mais de R\$ 1,2 bilhão no 3º trimestre de 2025, com expansão nominal de 3,9% em relação ao ano anterior, o que representa uma ampliação em torno de R\$ 45 milhões na arrecadação do estado, puxado, pela atividade de Serviços de Utilidade Pública (1,9%).

No acumulado entre janeiro e setembro de 2025, em relação ao mesmo período do ano anterior, o volume de serviços na Bahia retraiu 0,9%. Esse resultado foi inferior à média nacional (2,8%). Três das cinco atividades puxaram o volume de serviços baiano para baixo, com destaque para as atividades de *Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio* (-2,7%), que contabilizou a variação negativa mais expressiva, seguida pela atividade de *Serviços prestados às famílias* (-1,0%), depois *Serviços de informação e comunicação* (-0,6%). Por outro lado, as contribuições positivas vieram de *Outros serviços* (9,3%), que contabilizou a variação positiva mais expressiva, seguida pela atividade de *Serviços profissionais, administrativos e complementares* (1,1%).

Na comparação nacional, 21 das 27 unidades contribuíram positivamente para o resultado nacional (2,8%). As variações mais expressivas em termos regionais ocorreram no Distrito Federal (7,8%), seguida por Tocantins (5,7%), depois Paraíba (5,5%), e Mato Grosso do Sul (5,4%). Em sentido oposto, Rio Grande do Sul (-4,5%), Acre (-3,8%), e Piauí (-3,2%) foram os principais recuos. Nessa comparação,

a Bahia (-0,9%) contabilizou a 4ª posição entre os locais investigados que desaceleraram no ano (Figura 2).

Figura 2
Volume de Serviços, por Unidades da Federação (1)
Bahia — 1º Trim.-3º Trim. 2025/1º Trim.-3º Trim. 2024



Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Serviços (PMS).
Elaboração: SEI/Distat/CAC.

(1) Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Apesar da desaceleração apresentada pelo volume no acumulado do ano, o setor ainda assim, contabilizou significativo saldo positivo na geração de emprego. Segundo as informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Previdência, sistematizadas pela SEI, no ano de 2025, o setor de serviços contabilizou, na Bahia, 50.059 novos postos de trabalho com carteira assinada. Esse resultado é superior em relação aos outros setores (*Agropecuária, Comércio, Construção e Indústria*), e inferior em relação ao mesmo período do ano passado, em que havia sido de 56.076 novos empregos celetistas.

Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do setor de serviços no estado totalizou mais de R\$ 3,6 bilhões no acumulado entre janeiro de setembro de 2025, com expansão nominal de 3,3% em relação ao ano anterior, o que representa uma ampliação perto de R\$ 116 milhões na arrecadação do estado, puxado, pela atividade de Serviços de Utilidade Pública (0,8%).

Com esse cenário, a perspectiva para os próximos meses é de uma inversão da desaceleração no volume de serviços, pois as pesquisas de sondagens empresariais, até o momento divulgadas apontam para essa direção. Como pode ser confirmada pela expectativa da sondagem empresarial para o mês de novembro da FGV²¹.

Conforme a sondagem empresarial da FGV, o Índice de Confiança de Serviços (ICS) do FGV IBRE subiu 1,2 ponto em novembro, para 90,1 pontos, maior nível desde junho deste ano (90,7 pontos). Na média móvel trimestral, o índice avançou 1,0 ponto, para 89,3 pontos. Segundo avaliação de Stéfano Pacini, economista da FGV IBRE:

O bom resultado do mês de novembro reflete a resiliência do setor de serviços frente à desaceleração de outros setores. Em relação ao presente, destaca-se a heterogeneidade dos resultados, com Serviços Profissionais e de Transporte sustentando o resultado, enquanto Famílias mantém a trajetória descendente. Em relação ao futuro, as expectativas melhoram pelo segundo mês seguido, indicando uma leve tendência favorável para os próximos meses nos principais segmentos. O setor de serviços tem respondido melhor ao cenário de dificuldades financeiras e da política monetária contracionista que impacta principalmente o consumo e a confiança das famílias (Confiança de ..., 2025).

²¹ Ver a respeito: Confiança de Serviços avançou em novembro. Disponível em: [Press Release_ICS_Nov25.pdf](#) . Acesso em: 28 nov. 2025.

TURISMO

Rosângela Conceição

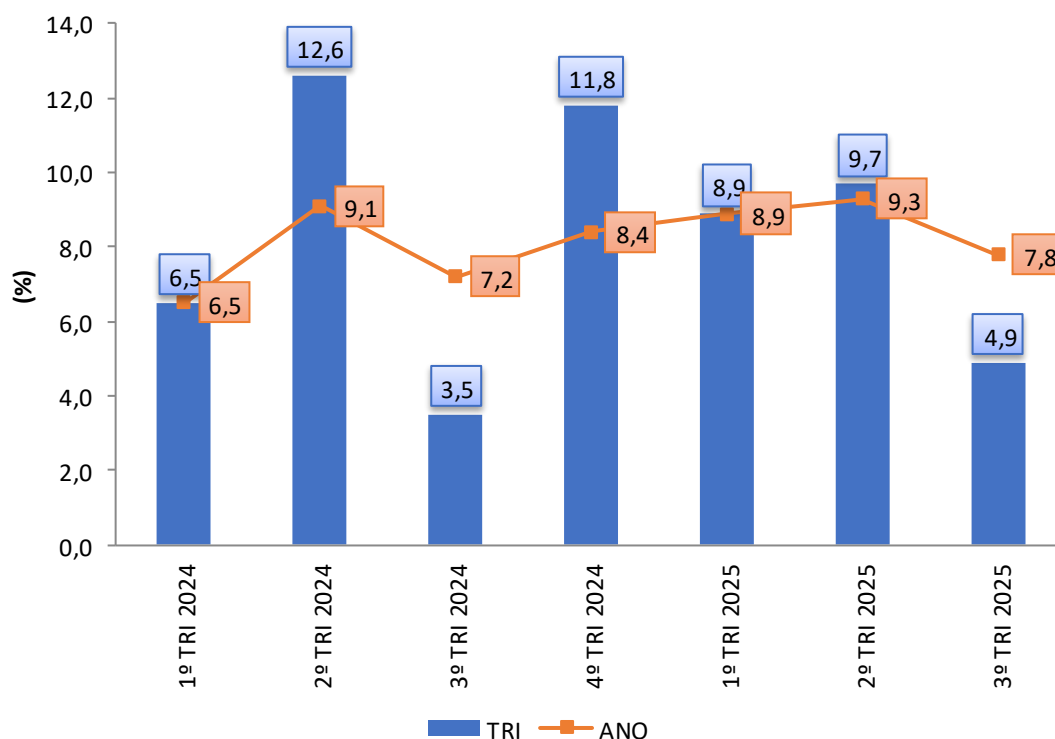
rosangela@sei.ba.gov.br

De acordo com os resultados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e sistematizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o volume das atividades turísticas²² na Bahia, quando comparado com o 3º trimestre do ano de 2024, marcou expansão de 4,9%, mantendo a aceleração iniciada no 2º trimestre de 2021 (177,6%). Essa é a décima oitava taxa positiva, para esse tipo de comparação (Gráfico 1).

Gráfico 1

Volume das atividades turísticas (1) (2)

Bahia — 1º trim. 2024-3º trim. 2025



Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Serviços (PMS).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

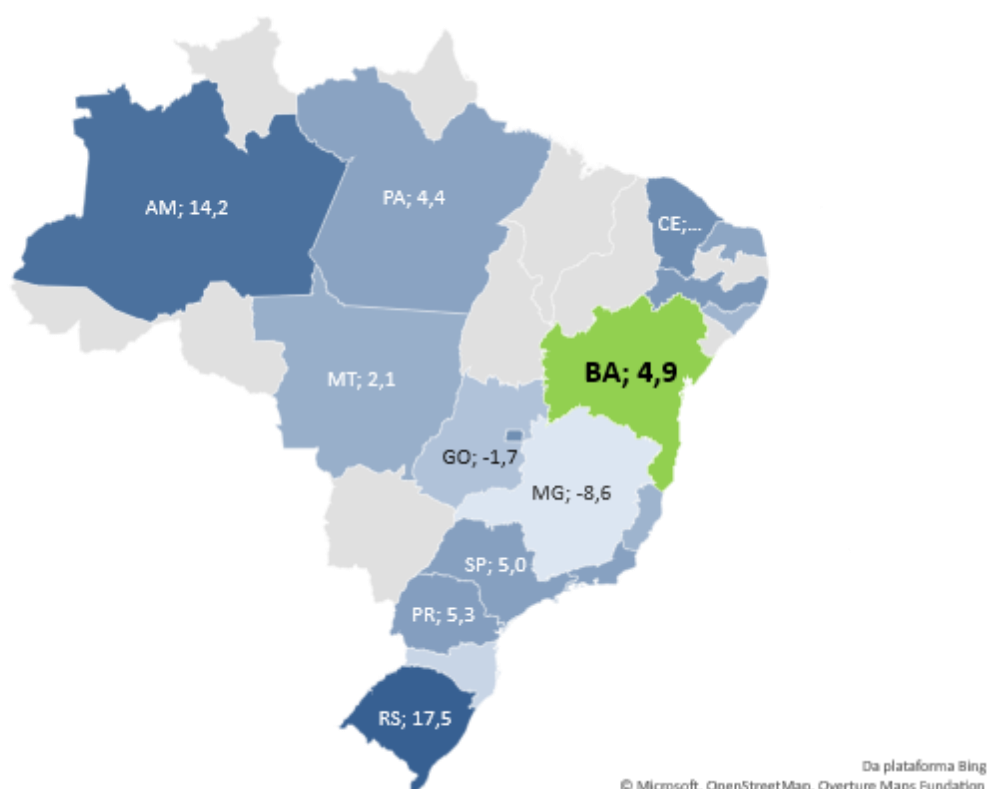
(1) Variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

(2) Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

²² Agregado especial que abrange as seguintes atividades: serviços de alojamento e alimentação; serviços culturais, de recreação e lazer; locação de automóveis sem condutor; agências de viagens e operadoras turísticas e transportes turísticos (transporte rodoviário de passageiros em linhas regulares intermunicipais, interestaduais e internacionais; trens turísticos, teleféricos e similares; transporte por navegação interior de passageiros, em linhas regulares; outros transportes aquaviários e transporte aéreo de passageiros).

O volume do agregado especial das atividades turísticas no Brasil cresceu 3,9%, no terceiro trimestre do ano de 2025, frente a igual período de 2024. Regionalmente, 14 dos 17 locais pesquisados mostraram avanço nos serviços voltados ao turismo. Com destaque, em termos de variações mais expressivas, para o Rio Grande do Sul (17,5%), Amazonas (14,2%) e Ceará (8,8%). Nessa comparação, a Bahia seguiu o comportamento da média nacional e expandiu 4,9%, mantendo o crescimento contabilizado no 2º trimestre (9,7%). O estado apontou a oitava posição entre os locais investigados, sendo superior à média nacional. Em contrapartida, Minas Gerais (-8,6%), Santa Catarina (-5,3%) e Goiás (-1,7%) apresentaram impactos negativos no trimestre (Figura 1).

Figura 1
Volume das atividades turísticas (1)
Bahia — 3º Trim. 2025/3º Trim. 2024



Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Serviços (PMS).
Elaboração: SEI/Distat/CAC.

(1) Variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

O mercado de trabalho formal acompanhou a mesma tendência do volume e contabilizou saldo positivo significativo na geração de emprego. Segundo as

informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego, sistematizadas pela SEI, no terceiro trimestre de 2025, o setor de turismo contabilizou, na Bahia, 1.772 postos de trabalho com carteira assinada, decorrente da diferença entre 18.681 admissões e 16.909 desligamentos. Tal resultado, porém, revelou-se inferior ao de um ano antes, já que o saldo no conjunto dos meses de julho a setembro de 2024 havia sido de 2.059 empregos celetistas.

No terceiro trimestre de 2025, na Bahia, dos 27 subsetores da atividade econômica do turismo²³, 16 exibiram saldo positivo, nove registraram resultado negativo e dois ficaram com saldo nulo. No referido intervalo, os melhores resultados despontaram em Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas (+1.319 vagas), Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, e outros transportes rodoviários não especificados anteriormente (+311 vínculos) e Hotéis e similares (+211 postos). Por outro lado, Locação de automóveis sem condutor (-135 postos), Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, interestadual e internacional (-76 empregos) e Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos (-34 vagas) foram aqueles com os menores saldos, todos exibindo mais desligamentos do que admissões.

No que diz respeito exclusivamente ao conjunto das 13 zonas turísticas do estado da Bahia, no terceiro trimestre de 2025, constatou-se o surgimento líquido de 1.398 empregos com carteira assinada (diferença entre 17.045 admissões e 15.647 desligamentos) – indicando, dessa maneira, uma conjuntura menos robusta em termos de geração de postos de trabalho comparativamente àquela averiguada no mesmo trimestre do ano imediatamente antecedente, quando 1.689 novos vínculos celetistas haviam sido estabelecidos nesse recorte geográfico. Com a mesma tendência positiva, a zona turística que mais registrou ampliação no número de trabalhadores formais foi a Baía de Todos-os-Santos (+277 postos).

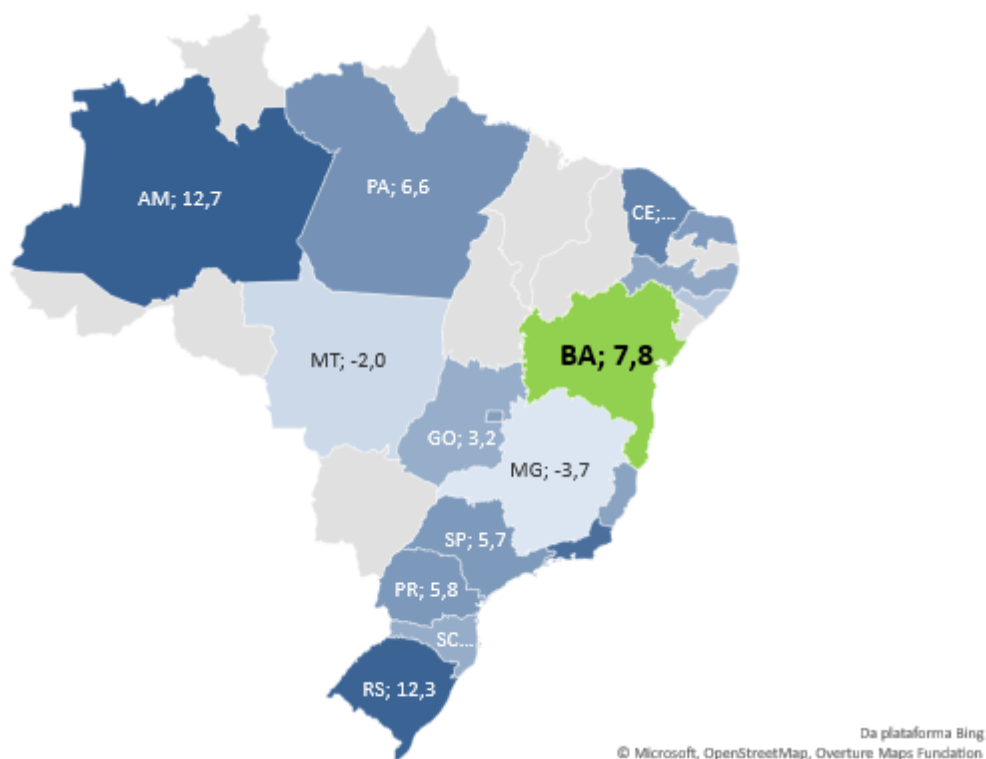
²³ Referem-se às classes CNAE 2.0 considerando todos os municípios da Bahia, não apenas os das zonas turísticas.

No acumulado entre janeiro e setembro do ano de 2025, frente a igual período de 2024, o volume das atividades turísticas do Brasil cresceu 5,7%. Em termos regionais, 15 dos 17 locais pesquisados mostraram avanço nos serviços voltados ao turismo, em que sobressaíram os ganhos vindos do Amazonas (12,7%), Rio Grande do Sul (12,3%) e Rio de Janeiro (10,8%). Nessa comparação, a Bahia cresceu 7,8%, mantendo a trajetória verificada no ano anterior (7,2%). Com esse resultado, o estado apontou a quinta posição entre os locais investigados, superando à média nacional. Em sentido oposto, Minas Gerais (-3,7%) e Mato Grosso (-2,0%) exerceram influências negativas para essa modalidade de comparação (Figura 2).

Figura 2

Volume das atividades turísticas (1)

Bahia — 1º Trim. - 3º Trim. 2025/1º Trim. - 3º Trim. 2024



Font

e: IBGE. Pesquisa Mensal de Serviços (PMS).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

(1) Variação acumulada do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

O mercado de trabalho formal acompanhou a mesma tendência do volume e contabilizou significativo saldo positivo na geração de emprego. Segundo as informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego, sistematizadas pela SEI, no

acumulado de janeiro a setembro de 2025, o saldo de empregos formais do setor de turismo do estado da Bahia também se revelou positivo, indicando uma geração líquida de 2.469 postos de trabalho, decorrente de 55.349 admissões e 52.880 desligamentos. Um cenário, portanto, menos favorável do que o observado no mesmo conjunto de meses do ano de 2024, quando o referido setor havia registrado 2.700 novas vagas em território baiano.

Dos 27 subsetores econômicos do turismo local, 15 deles geraram postos de trabalho no acumulado do ano, enquanto dez dessas classes indicaram perda líquida de postos e duas apresentaram saldo nulo. No caso, *Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas*, *Transporte rodoviário de táxi* e *Transporte rodoviário coletivo de passageiros*, sob regime de fretamento, e *outros transportes rodoviários não especificados anteriormente* foram os subsetores com as maiores expansões, contabilizando 1.398, 573 e 563 novos vínculos formais, respectivamente. Enquanto isso, *Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados* (-530 vagas), *Transporte rodoviário coletivo de passageiros*, com itinerário fixo, intermunicipal, interestadual e internacional (-148 vínculos) e *Hotéis e similares* (-87 postos) indicaram perda líquida de postos.

No que se refere ao recorte por zonas turísticas, no acumulado dos nove primeiros meses de 2025, houve geração líquida de 1.520 postos no estado, resultante da diferença entre 50.528 admitidos e 49.008 desligados. No mesmo intervalo do ano imediatamente antecedente, todavia, o resultado havia sido maior, de 2.031 novos postos de trabalho.

Nesse contexto, cabe destacar, que os investimentos das empresas públicas e privadas na realização de grandes eventos, tais como: o tradicional Desfile da Independência do Brasil na Bahia, o Festival de inverno, as celebrações a Santa Dulce dos Pobres, a romaria de Bom Jesus da Lapa, Feiras e Congressos entre outros, foram essenciais para impulsionar o turismo nesse trimestre.

A expectativa para o quarto trimestre e para o ano de 2025 é de manutenção da expansão do setor, uma vez que abrange um período intenso diversos festejos tais como: a Novena de Santa Luzia, da Festa de Santa Bárbara, da novena em honra a

Nossa Senhora da Conceição da Praia, da Festa do Bom Jesus dos Navegantes. Além disso, somam-se as festas natalinas, as de virada do ano realizadas em Salvador e em grande parte dos demais municípios baianos, e a confirmação dos cruzeiros marítimos para a temporada 2025/2026. Assim sendo, acredita-se que as realizações desses eventos deverão contribuir para a manutenção do bom desempenho da atividade.

COMÉRCIO EXTERIOR

Arthur Souza Cruz Júnior
Kailan Matos Pereira
Luciano Bruno Sena Neves
arthurcruz@sei.ba.gov.br
kailanpereira@sei.ba.gov.br
lucianoneves@se.ba.gov.br

A economia mundial tem se mostrado mais resiliente do que o esperado, na avaliação do Fundo Monetário Internacional (FMI), apesar das fortes pressões de múltiplos choques. Segundo o órgão, a economia dos Estados Unidos evitou a recessão temida e várias outras resistiram bem, graças a melhores políticas, a um setor privado mais adaptável, a tarifas de importação menos severas do que o esperado, ao menos por enquanto, e as condições financeiras favoráveis.

O resultado dessa conjuntura foi um crescimento global desacelerando apenas levemente neste ano e com perspectiva de manutenção desse ritmo no próximo. Nesse sentido, os sinais apontam para uma economia mundial que, em geral, suportou fortes tensões provenientes de múltiplos choques.

A despeito disso, a economia mundial está melhor do que o cenário ameaçador que se desenhava, mas pior do que o esperado dado que o FMI prevê crescimento global em torno de 3% no médio prazo — bem abaixo dos 3,7% estabelecidos antes da pandemia de covid-19.

A previsão ocorre em um momento em que o presidente dos EUA, Donald Trump, abala o comércio global com tarifas e reprimi imigração, e em que a inteligência artificial transforma rapidamente a tecnologia e as perspectivas de trabalho.

As incertezas estão em níveis excepcionalmente altos e continua crescendo, enquanto a demanda por ouro, tradicional ativo de refúgio para investidores, está disparando. As reservas de ouro monetário agora superam 20% das reservas oficiais globais.

O quadro descrito pela Organização Mundial do Comércio – OMC prevê que os produtos de IA (inteligência artificial) e o crescimento das importações americanas que ocorreram antes do aumento das tarifas, elevarão o volume do comércio mundial em 2025, embora esse panorama não seja mantido em 2026.

A OMC modificou suas estimativas várias vezes este ano, devido às incertezas sobre o impacto do tarifaço americano. Segundo as novas previsões, o volume do comércio mundial deve aumentar 2,4% em 2025 (em comparação à previsão de 0,9% estabelecida em agosto).

No entanto, o crescimento previsto para 2026 foi reduzido para 0,5% (frente a 1,8%). O crescimento das exportações mundiais de serviços deve passar de 6,8% em 2024 para 4,6% em 2025 e, posteriormente, para 4,4% em 2026.

Segundo a OMC, a resiliência em 2025 se deve em grande parte à estabilidade oferecida pelo sistema de comércio multilateral baseado em regras. Ainda segundo a organização, as perturbações atuais são um chamado à ação para que as nações repensem o comércio e estabeleçam conjuntamente bases mais sólidas que conduzam a uma maior prosperidade para todos.

Diante desse cenário, a balança comercial brasileira registrou superavit de US\$ 15,7 bilhões no terceiro trimestre. O resultado foi 8,6% menor do que o registrado no mesmo período do ano anterior.

As exportações somaram US\$ 92,2 bilhões no período, alta de 4,7%. Já as importações alcançaram US\$ 76,5 bilhões, alta de 7,9%.

No acumulado do ano, o superávit foi de US\$ 45,5 bilhões, queda de 22,5% sobre mesmo período de 2024. As exportações no ano somaram US\$ 257,79 bilhões, alta de 1,1%. Já as importações alcançaram US\$ 212,31 bilhões, alta de 8,2%. A corrente de comércio, soma de exportações e importações, registrou aumento de 4,2%, atingindo US\$ 470,11 bilhões no ano até setembro.

As exportações agropecuárias cresceram 7,9% no terceiro trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior. No caso da indústria extrativa, houve alta de 7,2%, enquanto no caso da indústria de transformação houve alta de 2,4%.

Pelo lado das importações, houve alta de 2,6% nas compras agropecuárias, queda de 10,4% na indústria extrativa e alta de 9,4% na indústria de transformação.

O superávit previsto para o resultado da balança comercial de 2025 foi elevado de US\$ 50,4 bilhões para US\$ 60,9 bilhões. Esse resultado representa retração de 17,9% frente a 2024 (US\$ 74,2 bilhões).

Para as exportações, a Secretaria de Comércio Exterior – Secex, revisou o resultado de US\$ 341,9 bilhões para US\$ 344,9, uma alta de 2,3% ante 2024 (US\$ 337,0 bilhões). Já as importações tiveram uma revisão de US\$ 291,5 bilhões para US\$ 284,0 bilhões – alta de 8% ante 2024 (US\$ 262,9 bilhões).

Sob impacto de queda de 20,3% das exportações aos Estados Unidos no terceiro trimestre, a expectativa do mercado é de desaceleração do superávit comercial brasileiro. Isso pode ser explicado não só pelas questões com os EUA, mas também pela atividade mais fraca na economia mundial. Os superávits devem ser menores, porém recorrentes, o que mantém a possibilidade de se chegar a um saldo de R\$ 65 bilhões ao fim de 2025. O cenário é por enquanto mais otimista que o do governo.

Tabela 1 - Balança comercial
Bahia
Jan./ Setembro - 2024/2025

(Valores em US\$ 1000 FOB)

Discriminação	2024	2025	Var. %
Exportações	8.677.264	8.327.162	-4,03
Importações	8.327.628	7.302.571	-12,31
Saldo	349.636	1.024.591	193,04
Corrente de comércio	17.004.892	15.629.733	-8,09

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 07/10/2025, <http://comexstat.mdic.gov.br>

Elaboração: SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

Obs.: importações efetivas, dados preliminares

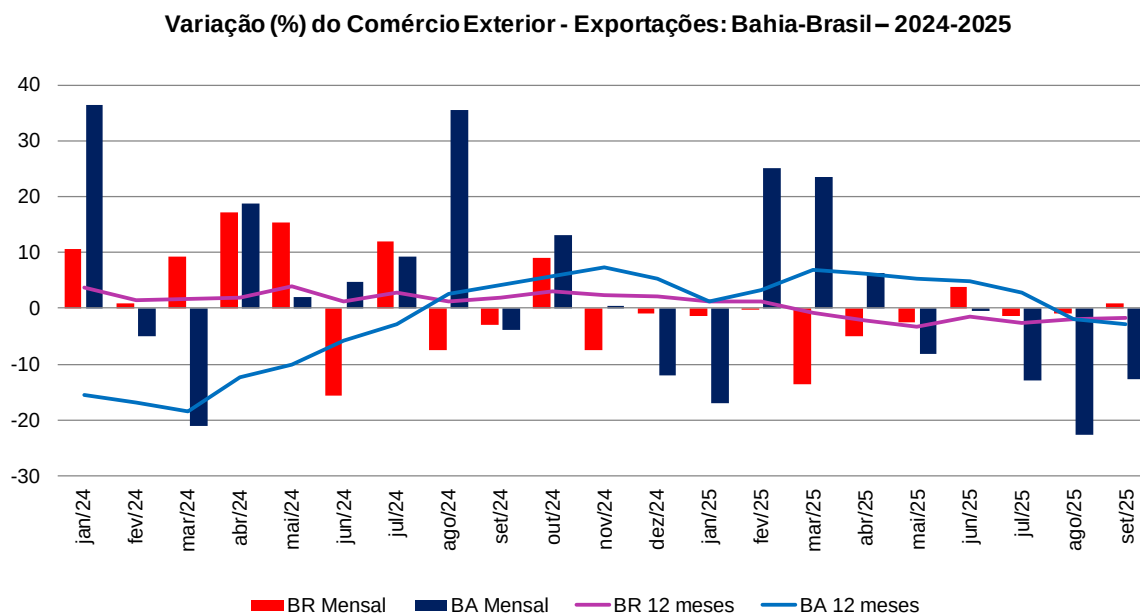
Sob impacto de queda de 24,6% no volume embarcado e de 7,2% nos preços médios, dados preliminares sobre as exportações baianas, acusam recuo de 16,3% nas vendas no terceiro trimestre, comparado a igual período de 2024, a US\$ 2,76 bilhões. O principal fator por trás da queda continua sendo a nova realidade global marcada por incertezas sem precedentes pós tarifaço dos EUA a diversos países, com a consequente desaceleração do crescimento econômico global.

No acumulado até setembro as exportações baianas somaram US\$ 8,33 bilhões também com queda de 4,0% e com redução de 7,1% nos preços médios, mas ainda com aumento no volume embarcado de 3,3%.

Além do recuo nos preços, principalmente de commodities, a valorização do real frente ao dólar, o tarifaço, a redução dos preços médios dos produtos exportados e aumento de custos de produção, pressionados por salários e serviços, vem tirando a margem de lucro dos exportadores trimestre após trimestre, de forma generalizada, atingindo indústria, setores extrativos e a agropecuária. A maior intensidade na queda nos últimos meses deve-se também aos efeitos do tarifaço do governo Trump, que fez os exportadores negociarem preços com os importadores americanos.

Até setembro, as exportações agropecuárias cresceram 0,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. No caso da indústria de transformação e da indústria extrativa houve queda de 5,6 e 10,6%, respectivamente.

Gráfico 1



Fonte: Mdic/Secex

Elaboração: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

A liderança da pauta até setembro continua com a soja e seus derivados, apesar da queda de preços em 11,0% comparada a igual período de 2024. O volume embarcado, entretanto, cresceu 3,8% ante o aumento da safra prevista em 14,3% pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Segundo o IBGE, o volume de soja colhido está estimado em 8,61 milhões de toneladas em 2025, o que corresponde a um crescimento de 14,3% sobre o verificado em 2024. A área plantada com a oleaginosa no estado é de aproximadamente 2,14 milhões de ha. O rendimento médio de 4,0 toneladas/ha tem relevância nesse desempenho positivo, com aumento de 8,3% em relação à safra anterior.

O setor além de amargar preços menores este ano, sofre com o aumento dos custos de produção, que já se aproximam dos picos registrados em 2022, ano marcado por choques logísticos e pela guerra entre Rússia e Ucrânia.

A alta nos preços FOB (Free on Board) dos insumos (principalmente fertilizantes) no mercado global se reflete diretamente nas lavouras, que depende fortemente de importações para abastecer sua demanda. Os fertilizantes representam de 25,0% a 30,0% do custo operacional agrícola no país. A recente valorização dos preços internacionais, portanto, tem impacto direto na rentabilidade do exportador.

O setor de petróleo e derivados também apresenta queda de 14,2% comparativamente a igual período de 2024. Os preços do petróleo caíram mais de US\$ 80 por barril no início do ano, mas têm sido negociados em uma faixa estreita de US\$ 60 a US\$ 70 por barril, desde que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo - Opep+ começou, em abril, a aumentar a produção.

A Opep+ reverteu sua estratégia de cortes de produção de abril e já aumentou as cotas em mais de 2,5 milhões de barris por dia, representando cerca de 2,4% da demanda mundial, para aumentar a participação de mercado. Depois de sofrer pressão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, a fim de reduzir os preços do petróleo.

Já a celulose, como as demais commodities, registrou queda de aproximadamente 14,0% nos preços médios comparados ao período jan/setembro de 2024. O volume embarcado cresceu 3,0%, mas as receitas recuaram 11,3%.

A boa notícia para o setor é que em setembro, uma ordem executiva do governo Trump retirou a tarifa de 10% sobre a celulose importada pelos Estados Unidos. A decisão beneficia a indústria baiana, que exportou 347 mil de toneladas do produto para o país no ano passado.

A celulose aparece entre os três principais produtos exportados pela Bahia no período jan/setembro, juntamente com a soja e o petróleo.

A celulose já estava isenta da sobretaxa de 40,0% imposta pelo governo Trump a outros produtos brasileiros. Em setembro, passou a estar liberada também da chamada tarifa recíproca de 10,0%. Estão incluídas na isenção três descrições de

celulose. Ainda continuam válidos os 50,0% aplicados a papéis em geral e painéis de madeira.

No caso do algodão, seguindo a desvalorização mundial das commodities, foi registrado queda de 12,8% em seus preços médios no comparativo interanual. O volume embarcado cresceu 9,7%, enquanto as receitas, devido a desvalorização dos preços, tiveram queda de 4,4%.

Segundo maior produtor de algodão do país, a Bahia, responsável por 18,3% da safra nacional, atrás apenas do Mato Grosso (73% da safra nacional), tem produção estimada em 1,79 milhão de toneladas, o que representa aumento de 1,4% em relação ao ano de 2024. A área plantada com a fibra aumentou 5,3%, alcançando 400 mil ha em relação à safra de 2024.

O setor de cacau e derivados, mesmo excluído das exceções ao tarifaço de Trump, seguiu em crescimento (38,8%), embalado ainda pelo aumento vertiginoso em seus preços no mercado internacional em cerca de 30%, no acumulado até setembro. Os embarques cresceram em ritmo menor, e alcançaram variação positiva de 6,9% no período, sempre comparados a igual período do ano anterior.

Esse patamar de preços alcançado pelo cacau parece perto do fim. O oeste da África, responsável por 70% da produção mundial de cacau, iniciou em outubro a colheita da temporada 2025/26. Diferentemente dos últimos três anos, a cadeia produtiva está confiante de que a crise na oferta pode estar próxima do fim. Com isso, as perspectivas são de que os preços internacionais devem se afastar de vez dos patamares históricos recentes. O otimismo com a colheita não deve ficar isolado aos dois maiores produtores mundiais de cacau, Costa do Marfim e Gana. O Equador, terceiro maior produtor do mundo, também deve dar sua contribuição para o superávit global, com uma safra que deve superar as 570 mil toneladas.

Com isso, a nova temporada do cacau, que vai de outubro de 2025 a setembro de 2026, deve registrar um superávit de 239 mil toneladas. Na safra 2024/25, a estimativa é de que o saldo também tenha sido positivo, em 65 mil toneladas. Os superávits vêm após um déficit global de quase 500 mil toneladas na safra 2023/24.

Quanto a relação com os principais parceiros comerciais, tem-se que a China permanece na liderança dos destinos dos produtos baianos, com 26,3% de participação até setembro, com redução de 9,0% em valor, mas aumento de 5,0% no quantum, reflexo da desvalorização das commodities.

Os EUA, mesmo com o tarifaço, registraram no ano, aumento de 38% nos embarques e de 5,8% no valor exportado. No terceiro trimestre, com dois meses de vigência do tarifaço, as vendas ao país também aumentaram ainda mais, 81% em volume e de 2,8% nos valores, reflexo da antecipação de embarques de diversos produtos que ficaram de fora da lista de exceção.

Até setembro, na mesma base de comparação, as vendas para a Ásia recuaram 3,3%, para a América do Norte e para a América do Sul (principalmente Argentina, Panamá, Chile e Colômbia) subiram 14,2% e 46,0%, respectivamente. Já para a Europa tiveram queda de 7,8%.

Tabela 2 - Exportações baianas
Principais segmentos
Jan./ Setembro - 2024/2025

(Valores em US\$ 1000 FOB)

Segmentos	Peso (ton)		Var. %	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %	Var. % Preço médio
	2024	2025		2024	2025			
Soja e Derivados	5.031.314	5.224.105	3,83	2.208.384	2.041.104	-7,57	24,51	-10,99
Petróleo e Derivados	2.961.695	2.772.238	-6,40	1.746.586	1.402.797	-19,68	16,85	-14,19
Papel e Celulose	2.266.709	2.334.571	2,99	1.130.885	1.003.153	-11,29	12,05	-13,87
Metais Preciosos	576	441	-23,46	537.540	731.781	36,14	8,79	77,87
Algodão e Seus Subprodutos	316.930	347.604	9,68	582.282	556.638	-4,40	6,68	-12,84
Químicos e Petroquímicos	468.117	416.204	-11,09	649.913	523.501	-19,45	6,29	-9,40
Minerais	429.707	651.759	51,68	510.089	456.293	-10,55	5,48	-41,02
Cacau e Derivados	33.681	35.993	6,86	308.888	428.775	38,81	5,15	29,90
Café e especiarias	63.961	63.577	-0,60	218.567	377.887	72,89	4,54	73,94
Metalúrgicos	115.206	134.117	16,41	172.996	168.257	-2,74	2,02	-16,45
Frutas e Suas Preparações	103.135	130.262	26,30	150.899	149.821	-0,71	1,80	-21,39
Borracha e Suas Obras	23.168	23.073	-0,41	128.532	129.956	1,11	1,56	1,52
Demais Segmentos	186.013	266.451	43,24	331.704	357.201	7,69	4,29	-24,82
Total	12.000.213	12.400.395	3,33	8.677.264	8.327.162	-4,03	100,00	-7,13

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 07/10/2025, <http://comexstat.mdic.gov.br>

Elaboração: SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

Apesar dos desdobramentos ruins para alguns setores da economia baiana, o tarifaço de Trump deixa lições para o longo prazo. Se o país aproveitar a conjuntura para promover uma transformação estrutural, os ganhos futuros podem superar os

custos imediatos. A desindustrialização levou à reprimarização das exportações: hoje, quase 70% das vendas externas concentram-se em produtos primários e bens industrializados intensivos em recursos naturais. As medidas de Trump evidenciam o alto custo de depender da exportação de commodities.

Assim, apesar dos prejuízos econômicos no médio prazo, tem-se que é possível transformar o desafio em oportunidades no longo prazo, reestruturar a política comercial brasileira, diversificar mercados e, sobretudo, promover a reindustrialização baseada em inovação tecnológica. Essas oportunidades são o caminho mais seguro para fortalecer a soberania brasileira no futuro.

IMPORTAÇÃO

As importações alcançaram US\$ 7,30 bilhões no acumulado até setembro com queda de 12,3% no comparativo interanual. No mês de setembro elas alcançaram US\$ 893 milhões, o que também é inferior em 13,4% no comparativo com igual mês de 2024.

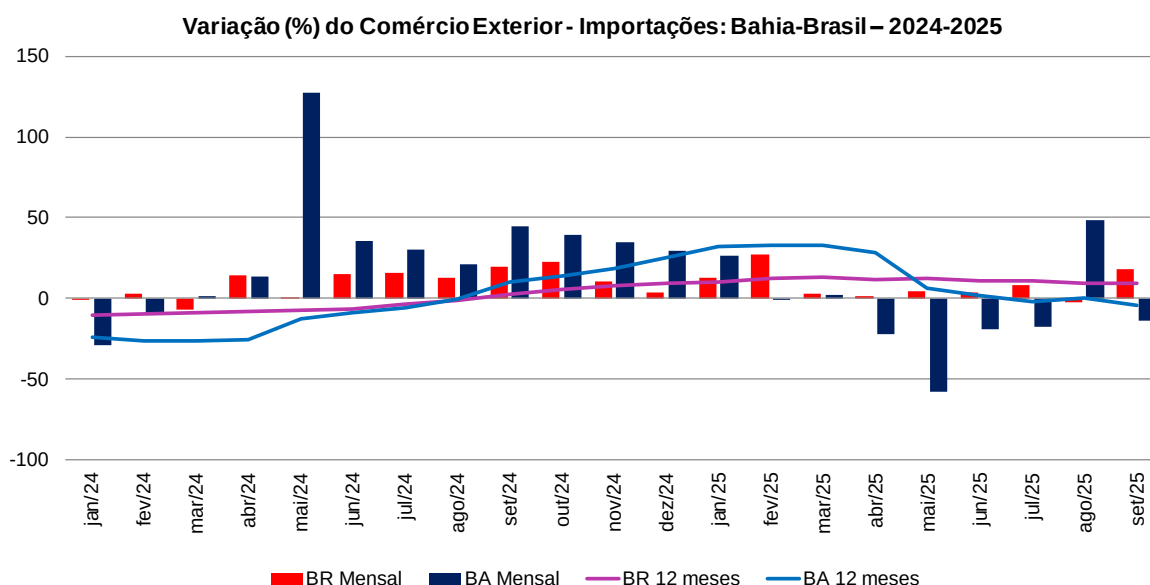
No terceiro trimestre, as importações baianas cresceram 2,4%, tendo desempenho inverso ao das exportações. Já o volume desembarcado indicou queda de 6,8%, revelando aumento de preços em média de 10,0%. Contribuiu muito para esta alta de preços, a oferta restrita de fertilizantes, do que a Bahia ser fortemente dependente de importações. No período, as compras baianas do insumo cresceram 3,4%, enquanto os desembolsos aumentaram em 6,0% passando a US\$ 272,3 milhões.

Em um cenário de alta demanda global e oferta limitada, os preços dos fertilizantes devem continuar elevados ao menos até 2027. Apesar das incertezas econômicas em diversos países, o consumo de commodities agrícolas segue estável. Os preços altos previstos para este ano decorrem, sobretudo da restrição na oferta, especialmente no mercado de fosfatados, afetado pela redução nas exportações da China, o que diminuiu em mais de 5,0% a oferta global.

As compras de combustíveis, que alavancaram os desembolsos em agosto, não repetiram o desempenho e caíram 46,0% em setembro. Com isso no acumulado do ano, as compras da categoria permaneceram em queda de 40,6%, no comparativo interanual. Os bens intermediários, que representaram 58,0% dos desembolsos no ano, mantiveram crescimento tímido de 2,6%, consoante com a produção industrial que este ano, “anda de lado”. Já as compras de bens de consumo cresceram 116,2% impulsionadas pela importação de veículos de passageiros.

Os bens de capital, indicador de dinamismo na atividade econômica e favorecidos pelos investimentos em infraestrutura e equipamentos industriais subiram 68,6%, todos comparados ao mesmo período de 2024. Essas aquisições devem ser festejadas como indicativo de aumento dos investimentos, geralmente baixos tanto no país quanto no estado, embora a persistente manutenção do ciclo de alta da Selic tenda a tirar força desse processo.

Gráfico 2



Fonte: Mdic/Secex

Elaboração: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

As importações de origem chinesa cresceram no mês de setembro 72,0% em valor e 57,0% em volume. O país permanece como segundo maior fornecedor de bens para o estado. Principalmente de células fotovoltaicas, fertilizantes, máquinas e

equipamentos. Já o país asiático respondeu no acumulado do ano até setembro por 15,3% das compras baianas do exterior. Enquanto que os EUA permaneceram na liderança como fornecedor de produtos ao estado, totalizando desembolsos de US\$ 2,13 bilhões, sendo o correspondente a 29,1% do total das importações do estado no ano.

**Tabela 3 - Importações baianas por categorias de uso
Jan./ Setembro - 2024/2025**

(Valores em US\$ 1000 FOB)

Discriminação	2024	2025	Var. %	Part. %
Bens Intermédiairos (BI)	4.126.067	4.234.885	2,64	57,99
Combustíveis e Lubrificantes	3.732.465	2.218.672	-40,56	30,38
Bens de Capital (BK)	352.480	594.130	68,56	8,14
Bens de Consumo (BC)	115.704	250.146	116,20	3,43
Bens Não Especificados Anteriormente	911	4.737	419,79	0,06
Total	8.327.628	7.302.571	-12,31	100,00

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 07/10/2025, <http://comexstat.mdic.gov.br>

Elaboração: SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

Assim sendo, com os resultados apurados até setembro, o saldo comercial da Bahia atingiu US\$ 1,02 bilhão, aumento de 193,0% no comparativo interanual. Enquanto a corrente de comércio, soma de exportações e importações, alcançou US\$ 15,63 bilhões, com uma redução de 8,1%.

FINANÇAS PÚBLICAS

Gabriel Oliveira Barbosa (*gabrielbarbosa@sei.ba.gov.br*)

Marília Jane Dourado Campos (*mariliajane@sei.ba.gov.br*)

Mundo – estabilidade da instabilidade

No cenário global, ainda se observa a prevalência de um crescimento fraco em relação aos padrões históricos e um aumento dos níveis de dívida pública. Reforçam a tendência: as altas taxas de juro, o envelhecimento populacional e o aumento de gastos com defesa.

As altas taxas de juro aumentam os custos de rolagem da dívida mobiliária e refletem um quadro persistente de instabilidade e de inflação. As tensões comerciais – reforçadas pelas mudanças radicais da política tarifária dos EUA – e disputas tecnológicas, políticas e militares pressionam custos de produção e geram um ambiente de incerteza.

O envelhecimento populacional, por sua vez, pressiona as contas da seguridade social. Em países com maior média e expectativa de vida, têm tentado reformar seu sistema de previdência, encontrando resistência política por parte da classe trabalhadora, que teme a perda de direitos conquistados. Outros países, incluindo a China, começam a enfrentar a perda do chamado bônus demográfico.

O aumento dos gastos com defesa atinge não somente países em guerra aberta, mas também países que disputam poder e influência política, comercial e militar. A OTAN pretende - em comum acordo entre os países, sobretudo europeus - aumentar os gastos militares como proporção do PIB. China e Índia têm feito movimento parecido. EUA têm se articulado de forma agressiva para recuperar a hegemonia perdida sobre a América Latina.

O Monitor Fiscal do FMI, em sua última edição, dedicou-se inteiramente à questão da eficiência e racionalização do gasto público. Apesar de sua habitual defesa da chamada consolidação fiscal, admitiu a necessidade do uso da despesa pública como meio de recuperar o crescimento.

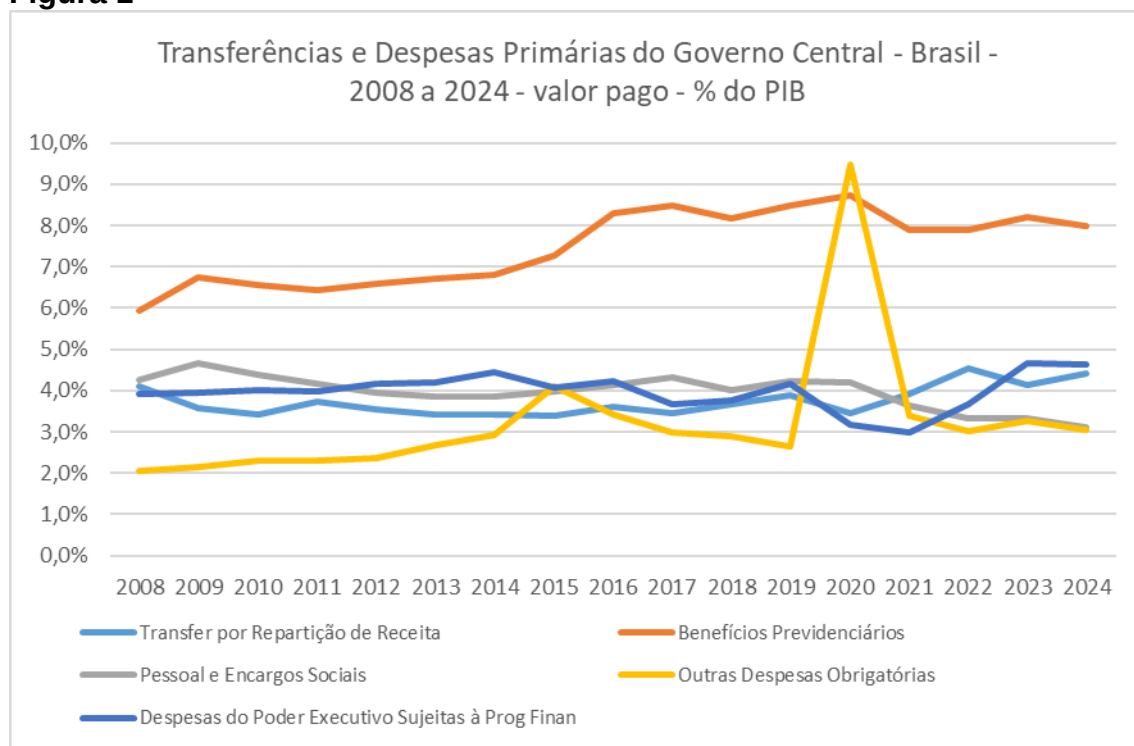
Desse modo, uma das principais observações presentes no seu relatório se refere ao fato de que, na maior parte dos países, os investimentos públicos vem diminuindo e as despesas com educação pública se estancaram. Esse é um dado preocupante, ao se tratar de despesas importantes para o desenvolvimento socioeconômico dos países. O diagnóstico dado pelo FMI é a crescente rigidez na estrutura da despesa pública.

Brasil – rigidez orçamentária e ajuste gradual

O Brasil surge como um exemplo típico quando se fala em crescente rigidez na estrutura da despesa pública (e do orçamento de modo mais amplo). As despesas discricionárias no ano de 2024 corresponderam a 1,6% do PIB, frente a uma média superior a 2,0% nos anos correspondentes aos governos Lula (2003-2010) Dilma e Temer. Apesar disso, tal percentual é superior à média dos anos pós pandemia, sob a administração passada, nos anos 2021 e 2022 (1,4%).

Na série anual do Tesouro Nacional, iniciada em 2008, nota-se que os Benefícios Previdenciários correspondem à maior fatia das despesas primárias, tendo subido de patamar desde o início da série, mas apresentando estabilidade desde 2015. As Despesas com Pessoal e Encargos Sociais apresentou variações para cima e para baixo, mas com tendência de queda no médio e longos prazos – ritmo leve no período até 2020, acelerando-se desde então.

Abaixo, gráfico das despesas primárias em porcentagem do PIB, onde ainda podemos observar o comportamento das transferências, das despesas do Executivo sujeitas a programação financeira e das outras despesas obrigatórias.

Figura 1

Fonte: Elaboração Própria, a partir dos dados da STN

Podemos observar, ainda que ignoremos o pico ocasionado pela pandemia, as outras despesas obrigatórias subiram de patamar de maneira significativa (50% ou 1 p.p. entre os dois extremos da série). Em uma análise mais detalhada, observando os componentes da conta, destacam-se os aumentos no BPC da LOAS/RMV (0,5% do PIB em 2008, 0,8% em 2016 e 0,9% em 2024), o que levou o atual Ministério da Fazenda mudar as regras de acesso, e na complementação da União ao FUNDEB, que correspondia a 0,2% do PIB até 2021, subindo para 0,3% em 2022 e 0,4% em 2024.

Um fato relevante, porém, localizado, é a despesa com precatórios. Nos anos de 2023 e 2024, a despesa com sentenças judiciais e precatórios da previdência foi de 0,4% do PIB, frente à média de 0,1% do período avaliado (2008 a 2024). Em relação às outras despesas de custeio e capital, a despesa com precatórios chegou a 0,5% na média 2023-2024, frente à de 0,1% no período inteiro. Portanto, os precatórios geraram um impacto relevante nas contas públicas no governo atual.

Efeitos de reformas previdenciárias tendem a aparecer apenas no longo prazo. Desde o governo FHC, que instituiu o fator previdenciário, o país passou por

reformas nos governos petistas e chegando à última realizada no governo Bolsonaro. Nos últimos anos, a trajetória das despesas da previdência se mostra longe de ser explosiva, como sugerem alguns. Vale afirmar que reformas da previdência possuem custos políticos e efeitos perversos na condição de vida dos futuros idosos num cenário de envelhecimento populacional.

Além da piora do perfil das despesas primárias (enrijecimento), observa-se um aumento contínuo dos juros nominais pagos. Na série do resultado fiscal do Governo Central, que se inicia em 1997, a média dessa despesa, levando em conta todos os anos, é de 4,4% do PIB. Em 2024, ela alcançou 6,4% do PIB, valor acima não apenas da média histórica, mas também da média registrada em anos de crise fiscal - como no fim da âncora cambial (segundo governo FHC), no segundo governo Dilma ou nos dois últimos anos do governo Bolsonaro (pós-pandemia e uso extensivo da máquina pública para tentativa de reeleição).

A justificativa apresentada por alguns analistas para o aumento dos juros é o cenário fiscal, embora haja divergências. Vera Magalhães, no boletim de informações da FIP de setembro, reconhece os aumentos de receita não só da União, como também dos entes federados. Contudo, mostra preocupação com a estrutura de despesas no que ela chama de “modelo disfuncional”. A ausência ou fraqueza funcional seria expressada na necessidade, todos os anos, do governo ter de lançar mão de instrumentos como contingenciamento e bloqueio, a fim de cumprir as metas fiscais.

André Roncaglia, representante brasileiro no FMI, por outro lado, afirma que “não há descontrole” das contas públicas e que o país está “bem posicionado” para encarar os recentes desafios da economia global sem deixar de cumprir as metas fiscais. Ele contesta a tese do assim chamado mercado de que o Brasil está numa expansão fiscal. Ao contrário, afirma que o Brasil está alinhado ao compromisso de manter um esforço fiscal, expressado no cumprimento de metas progressivas e na criação de novas despesas apenas quando há aumento de receitas. Mesmo os países desenvolvidos não têm tido sucesso, diferente do Brasil.

Ambos possuem pontos coerentes. Ao analisarmos os dados, percebe-se uma gradual melhora no resultado primário. A expansão da dívida pública ocorre em

ritmo sempre abaixo das previsões de mercado e há evidente tentativa - muito embora nem sempre bem-sucedida, no entanto - de ajustar despesas obrigatórias que crescem acima do limite imposto em regras fiscais, assim como de diminuir os gastos tributários. Por outro lado, é fato que as contas dos últimos anos tenham se ajustado com ajuda de bloqueios e contingenciamentos, embora esta tenha sido a tônica em boa parte dos exercícios fiscais desde 1999 – ou seja, um desafio a ser superado.

Seguindo o foco para a conjuntura, o terceiro trimestre deste ano foi marcado por uma piora do quadro fiscal, resultado de um aumento real de despesas de 13,8% em relação ao mesmo período do ano passado – bastante acima do aumento real da receita líquida, que ficou em 5%. Parte da explicação está no atraso da votação do orçamento, que adiou parte das despesas – evidência disso é a melhora do quadro fiscal quando se compara o acumulado de janeiro a setembro dos mesmos anos.

Tabela 1 – Panorama Geral do Resultado do Tesouro Nacional – 3º trimestre contra mesmo período do ano anterior – dados em R\$ milhões a preços correntes

Discriminação	3º trimestre		variação (2025/2024)		
	2024	2025	diferença	% (nom)	% (real)
1. Receita total	617.125,00	679.982,10	62.857,10	10,2%	4,8%
2. Transfer por Repartição de Receita	121.135,30	132.230,20	11.094,90	9,2%	3,8%
3. Receita Líquida (I-II)	495.989,80	547.751,90	51.762,10	10,4%	5,0%
4. Despesa Total	532.189,70	636.937,70	104.748,00	19,7%	13,8%
5. Resultado Primário do Gov Central (3-4)	- 36.199,90	- 89.185,80	- 52.985,90	146,4%	134,3%
Resultado do Tesouro Nacional	32.071,40	- 6.118,60	- 38.190,00	-119,1%	-118,1%
Resultado do Banco Central	- 671,80	- 453,20	218,60	-32,5%	-35,9%
Resultado da Previdência Social	- 67.599,40	- 82.614,00	- 15.014,60	22,2%	16,2%

Fonte: Elaboração Própria. Dados da STN.

Na tabela acima, é nítida a deterioração do resultado, sobretudo do Tesouro Nacional, que passa de um superávit superior a R\$ 32 bilhões para um déficit de mais de R\$ 6 bilhões.

Tabela 2 – Panorama Geral do Resultado do Tesouro Nacional – acumulado contra acumulado do ano anterior - dados em: R\$ milhões a preços correntes

Discriminação	jan-set		variação (2025/2024)		
	2024	2025	diferença	% (nominal)	% (real)
1. Receita total	1.926.578,40	2.103.617,20	177.038,80	9,2%	3,8%
2. Transfer por Repartição de Receita	378.194,40	417.342,30	39.147,90	10,4%	4,9%
3. Receita Líquida (I-II)	1.548.383,90	1.686.274,80	137.890,90	8,9%	3,5%
4. Despesa Total	1.651.956,60	1.786.659,60	134.703,00	8,2%	2,8%
5. Resultado Primário do Gov Central (3-4)	- 103.572,70	- 100.384,80	3.187,90	-3,1%	-9,1%
Resultado do Tesouro Nacional	163.189,10	186.406,10	23.217,00	14,2%	9,1%
Resultado do Banco Central	- 941,00	- 522,50	418,50	-44,5%	-47,3%
Resultado da Previdência Social	- 265.820,70	- 286.268,30	- 20.447,60	7,7%	2,3%

Fonte: STN.

Por outro lado, na comparação dos acumulados, se observa queda real de 9,1% no déficit primário, o que fez a equipe econômica projetar menos contingenciamentos que o esperado para cumprimento da meta de resultado fiscal. Há sinalização, porém, que ela deverá ser cumprida no seu limite inferior, ou seja, um déficit de 0,25% do PIB, consolidando uma abordagem mais gradualista de ajuste.

Os destaques do resultado acumulado, da parte da arrecadação tributária, foram, em termos reais: o aumento de 18,4% do Imposto de Importação – fruto do aumento da alíquota média, do aumento do volume de importações e da depreciação cambial; o aumento de 4,5% do IR, reflexo do desempenho do IRRF Trabalho – favorecido pela expansão da massa salarial – e do IRRF Rendimentos do Exterior – destaque para royalties, assistência técnica e juros sobre capital próprio; o aumento de 16,2% do IOF, resultado dos recolhimentos relacionados às operações envolvendo saída de moeda estrangeira, crédito a PJs e títulos ou valores mobiliários, efeito das alterações legislativas recentes. A oposição do Congresso, numa queda de braço contra o governo, fez caducar a MP do IOF, o que deve alterar esse quadro e pressionar o governo a procurar outras fontes de receitas ou diminuir despesas.

Ainda do lado das receitas, é válido destacar o aumento nominal de 37,8% na CIDE Remessa ao Exterior e o crescimento real de 5,1% da arrecadação líquida para o RGPS, explicado principalmente pelo aumento de 6% da massa salarial habitual,

pelo aumento da arrecadação do Simples Nacional e pela reoneração escalonada da contribuição patronal dos municípios e da folha de pagamentos (Lei 14.973/2024). O destaque negativo das receitas vai para a queda real de 18,8% dos Dividendos e Participações.

Do lado das despesas, destacam-se, em termos reais: o aumento de 3,9% dos gastos com Pessoal e Encargos Sociais, fruto do maior volume de pagamentos de sentenças judiciais e precatórios e do reajuste dos servidores federais; aumento de 10,2% dos gastos com o BPC da LOAS/RMV, refletindo sobretudo o reajuste do salário mínimo e o aumento do número de beneficiados; a queda de 68,8% dos Créditos Extraordinários, refletindo as ações emergenciais de apoio ao Rio Grande do Sul em 2024; aumento de 19,6% da complementação da União ao FUNDEB.

Segundo dados do Banco Central, em setembro, além do déficit primário de R\$ 17,5 bilhões do governo central, houve déficit de R\$ 3,5 bilhões nos governos regionais. As empresas estatais tiveram, por sua vez, superávit de R\$ 1 bilhão. No acumulado de doze meses, o setor público consolidado acumulou déficit primário de 0,27% do PIB - valor muito próximo da margem inferior da meta, porém acima dos 0,19% dos doze meses acumulados até agosto. A relação juros nominais / PIB segue alcançando novos recordes históricos, atingindo 7,89% do PIB em setembro, também no acumulado de doze meses.

Desta forma, a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) atingiu 64,8% do PIB em setembro, elevando-se 3,3 p.p. no acumulado do ano. O resultado reflete o impacto dos juros nominais apropriados (+5,5 p.p.), do déficit primário (+0,6 p.p.), da valorização cambial (+1,7 p.p.), do efeito da variação do PIB (-3,6 p.p.) e dos demais ajustes da dívida externa líquida (-1,0 p.p.).

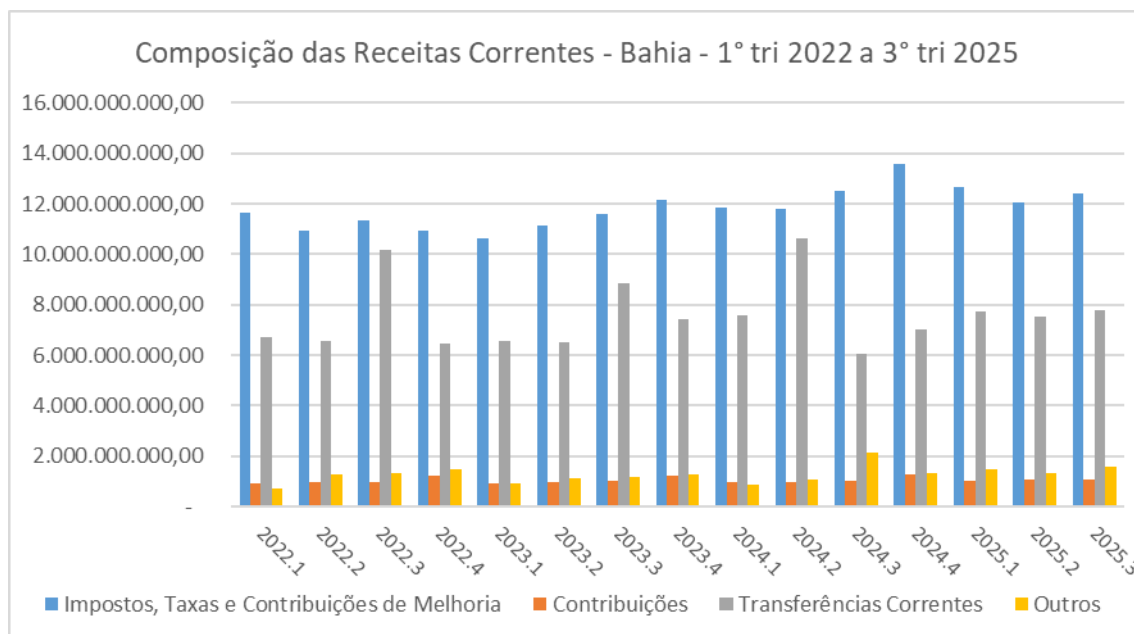
O crescimento da dívida deve continuar sendo pressionado pelos altos níveis das taxas de juros, especialmente por conta da manutenção da meta SELIC em 15% ao ano e da estrutura altamente indexada da dívida mobiliária.

Bahia – cenário estável

O relatório resumido da execução orçamentária (RREO) do quarto bimestre apresentou queda real das receitas, tanto na comparação com o quarto bimestre de 2024 (13,30%) quanto na comparação entre os acumulados até o quarto bimestre dos respectivos anos (3,88%). A queda acontece a despeito do aumento da receita tributária e das contribuições. Em relação às despesas, segundo mesmo relatório, o total delas variou, em termos reais, -0,99% na comparação entre os bimestres e +2,38% na comparação entre os acumulados. A queda foi puxada pelas despesas correntes.

Para uma melhor análise, podemos ir além do relatório resumido, abrindo as contas e organizando os dados por trimestre. Desse modo, podemos confirmar o bom desempenho das receitas correntes, com um incremento real de 5,12% na comparação entre os terceiros trimestres de 2024 e 2025. Na comparação dos últimos 12 meses, no entanto, o crescimento é bem menor, de 1,24%. As receitas de capital, por sua vez, apresentaram forte queda, de 74,52% na comparação entre os terceiros trimestres e queda de 27,76% no acumulado de 12 meses. O valor das Deduções se apresentou estável.

Abaixo podemos observar, dentro do cômputo das despesas correntes, os destaques positivos e negativos.

Figura 2

Fonte: Elaboração própria. Dados da SEFAZ-BA, obtidos no Fiplan Gerencial, ferramenta da SEPLAN-BA.

Observa-se que a receita tributária, apesar de algumas oscilações, muitas delas de natureza sazonal, segue tendência crescente. A queda do valor acumulado do ano – identificada na análise do RREO – bem como a queda do acumulado de 12 meses – identificada na análise trimestral, são reflexo da queda das transferências correntes, influenciada pelo pagamento dos precatórios do FUNDEF em abril de 2024, que aumentou a base de comparação.

No acumulado até setembro, a receita de ICMS segue exibindo crescimento real (1,88%) em relação ao acumulado do mesmo período de 2024. A arrecadação de IRRF exibiu crescimento mais expressivo, na ordem de 10,51%, sendo o destaque da receita tributária. Na mesma comparação, são destaques das transferências correntes: o FPE (+3,63%), o FNDE (+31,20%) e o FUNDEB (+4,00%). A receita patrimonial acabou sendo o destaque negativo entre as receitas correntes (-9,03%).

Entre as receitas de capital, observamos, também no comparativo entre os acumulados até setembro de 2024 e 2025, um crescimento de 7,16%. Tal crescimento esteve mais concentrado nas Transferências de Capital (128,27%) que nas Operações de Crédito (0,84%). Em relação aos primeiros, destacam-se os convênios do SUS, os convênios para programas de saneamento básico e o Fundo

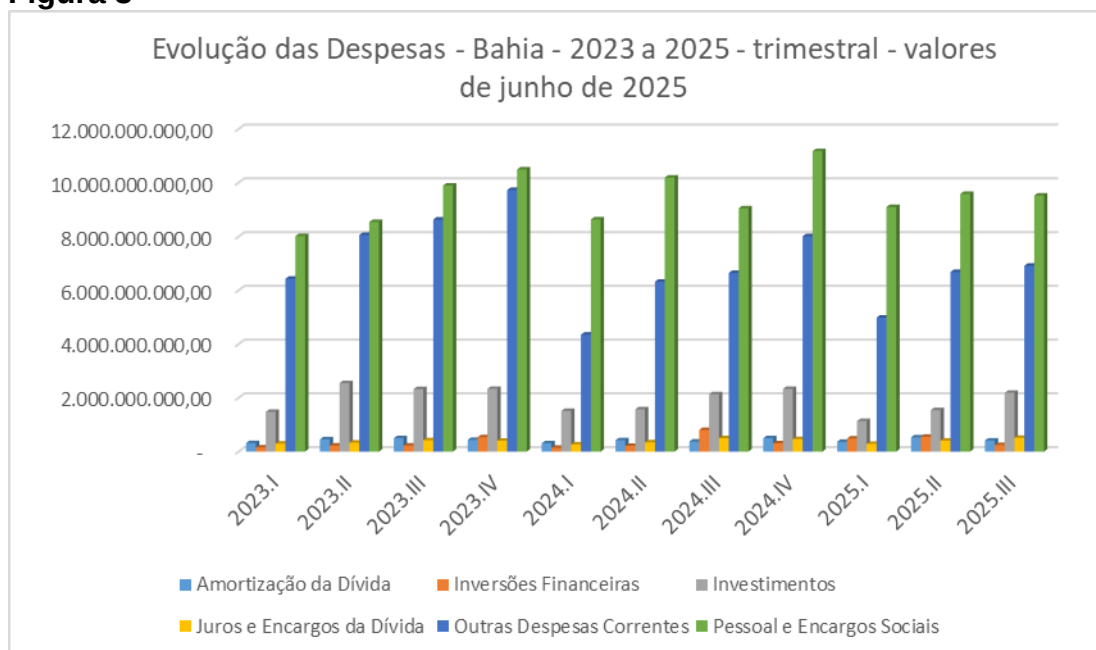
Nacional de Segurança Pública (que não existia em 2024). Em relação às Operações de Crédito, percebe-se um movimento de “troca” de endividamento interno (queda de 28,37% nas receitas desse tipo de operação) para externo (aumento de 1831,73%).

O “câmbio” citado, embora não possua nenhuma consequência, “*caeteris paribus*”, para o resultado das contas públicas, envolve um elemento de risco cambial. Variações no valor do padrão de preço nacional relativo ao estrangeiro podem gerar ganhos ou perdas para o Estado, ao alterar o valor das dívidas.

Ao aprofundarmos o olhar, desta vez, para as despesas, percebemos aumento real de 5,80% em setembro deste ano, em relação ao mesmo mês do ano anterior. No comparativo entre os valores acumulados até setembro, o aumento é de 1,48%. Na comparação entre os terceiros trimestres, 3,11%.

Os destaques, na comparação dos acumulados até setembro de 2024 e 2025, foram as funções: Essencial à Justiça (+12,47%) - puxado principalmente pelo aumento das despesas com pessoal -, Urbanismo (+22,32%), Habitação (-44,99%), Gestão Ambiental (+19,99%), Indústria (+15,39%), Energia (+25,99%), Transporte (-40,18%) e Desporto e Lazer (-15,65%) – puxados principalmente pela variação do investimento.

Ao analisarmos por grupo de natureza de despesa, no terceiro trimestre de 2025, em comparação com o mesmo período de 2024, houve aumento real na Amortização da Dívida (9,66%), nos Investimentos (2,27%), no pagamento de Juros e Encargos da Dívida (3,23%), nas Outras Despesas Correntes (4,01%) e nas despesas com Pessoal e Encargos Sociais (5,29%). A única queda foi registrada nas Inversões Financeiras, e ela foi forte, de 69,50%, compensando em parte as recentes altas registradas.

Figura 3

Fonte: Elaboração própria. Dados da SEFAZ-BA, obtidos no Fiplan Gerencial, ferramenta da SEPLAN-BA.

O cenário geral das finanças públicas na Bahia segue sem grandes mudanças. A receita tributária segue trajetória crescente, ainda que a um ritmo menor do que vimos no ano passado, o que pode ser um indício de desaceleração econômica. Há uma expectativa de crescimento nas despesas com pessoal por conta dos reajustes concedidos ao funcionalismo. Já as despesas de capital, apesar da queda na comparação do trimestre, seguem em alta quando se leva em conta o acumulado do ano, o que indica continuidade das inversões.

Salvador – bom resultado fiscal, mas com dados que indicam cautela

Segundo o RREO do quarto bimestre deste ano, as receitas municipais cresceram 6,37%, em termos nominais, comparadas ao mesmo período do ano anterior. Tal crescimento foi puxado, do lado das receitas correntes, pelas taxas (17,64%) e, do lado da receita de capital, pelas transferências (177,39%). A receita dos impostos cresceu apenas 3,01% - abaixo da inflação, portanto – e a receita das operações de crédito sofreu queda de 12,82%.

As despesas, por outro lado, caíram bastante na comparação entre os quartos bimestres de 2024 e 2025 (8,39%). A queda ocorre a despeito do aumento relativamente expressivo das despesas com pessoal e encargos (13,14%). As

despesas de capital puxaram a queda, perdendo 59,55% na mesma comparação – sobretudo os investimentos, que caíram 70,40%.

Na comparação dos acumulados até agosto de 2024 e 2025, o quadro é semelhante, mas a queda das receitas é mais aprofundada, chegando a 3,32% em termos nominais. O crescimento da Receita Tributária apresenta-se muito baixo (1,83%). Todas as receitas de capital apresentam queda, com destaque negativo novamente para as Operações de Crédito, que caíram 78,70%.

A despesa, por sua vez, também apresenta queda nominal, inclusive mais forte que a receita, neste mesmo comparativo (7,85%). As despesas correntes apresentam quase estabilidade, subindo 0,94%, uma vez que a queda das outras despesas correntes (3,51%) compensa a alta das despesas com pessoal e encargos (8,81%) e das despesas com pagamento de juros da dívida (7,06%).

Os quadros abaixo apresentam as principais despesas e receitas do quarto bimestre, além das variações reais em relação ao bimestre anterior (var bi), ao mesmo bimestre do ano anterior (var ano) e do acumulado dos últimos 6 bimestres (var 12 meses).

Tabela 3 – Principais receitas do 4º bimestre de 2025 e taxas de variação - Salvador – R\$ fev 2023

componentes / bimestres	2025.4	var bi	var ano	var 12m
RECEITA CORRENTE	1.600.432.012,49	3,959%	0,766%	0,121%
Receita Tributária	638.757.026,19	5,796%	-0,963%	-0,145%
Impostos	581.711.588,60	5,456%	-2,063%	-0,327%
Taxas	57.045.437,59	9,396%	11,845%	1,101%
Receita de Contribuições	91.886.066,25	-2,449%	9,773%	1,564%
Receita Patrimonial	59.147.521,89	-5,699%	4,239%	0,725%
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	7.722.548,22	-8,373%	-2,276%	-0,333%
Valores Mobiliários	48.880.531,87	-4,745%	2,868%	0,505%
Outros	2.544.441,80	-14,577%	92,495%	14,922%
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Serviços	2.967.953,66	146,662%	-60,132%	-13,863%
Transferências Correntes	779.909.502,71	2,976%	2,358%	0,384%
Transferências da União e de suas Entidades	482.259.216,23	1,242%	0,899%	0,149%
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	176.595.596,59	16,724%	7,524%	1,203%
Outros	121.054.689,89	-6,691%	1,096%	0,170%
Outras Receitas Correntes	27.763.941,78	37,248%	-17,031%	-3,306%
RECEITA DE CAPITAL	63.878.453,97	94,602%	11,167%	1,776%
Operações de Crédito	37.508.599,47	84,450%	-17,116%	-3,078%
Alienação de Bens	360.038,97	207,141%	-76,094%	-35,397%
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	3.754.845,94	220,259%	163,735%	6,988%
Outras Receitas de Capital	22.254.969,60	98,703%	139,870%	17,748%
TOTAL	1.664.310.466,46	5,852%	1,129%	0,179%

Fonte: SEFAZ Salvador

Tabela 4 – Principais despesas do 4º bimestre de 2025 e taxas de variação - Salvador – R\$ fev 2023

componentes / bimestres	2025.4	var bi	var ano	var 12m
DESPESAS CORRENTES	1.454.417.568,15	-2,27%	1,07%	0,17%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	541.591.859,55	0,65%	7,57%	1,17%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	14.998.942,16	-61,98%	16,86%	1,00%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	897.826.766,43	-1,41%	-2,70%	-0,45%
DESPESAS DE CAPITAL	158.946.172,22	-15,70%	-61,54%	-15,33%
INVESTIMENTOS	105.445.206,77	-26,83%	-71,86%	-19,76%

INVERSÕES FINANCEIRAS	33.665.887,54	691,00%	31,87%	8,30%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	19.835.077,92	-50,63%	51,93%	3,42%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
TOTAL	1.613.363.740,37	-3,78%	-12,90%	-2,23%

Fonte: SEFAZ Salvador

A realidade conjuntural das finanças públicas de Salvador, com relativa estabilidade das receitas e redução das despesas significam um bom quadro em termos de resultado fiscal. Contudo, há alguns comportamentos que necessitam maior atenção.

As receitas correntes têm se apoiado no crescimento das transferências e das contribuições, ou seja, ocorre por fatores descolados da dinâmica econômica do município e, além disso, significam uma queda, ainda que diminuta, de sua autonomia financeira, tornando-se mais dependente.

Pelo lado das despesas, preocupa a queda real significativa das despesas de capital. Embora tenham sido registradas variações positivas das inversões financeiras em todas as bases de comparação, o oposto ocorre com os investimentos. Somados todos os tipos de inversões, reais ou financeiras, o quadro ainda é bastante negativo.

Sendo assim, os dados conjunturais de Salvador não permitem que se diga categoricamente que se trata de uma boa situação, mesmo que eles permitam que o município permaneça com bons indicadores fiscais no que se refere à geração de superávits e cumprimento das regras da LRF. No entanto, como trata-se de uma conjuntura trimestral, é cedo para se falar de uma situação de piora fiscal.

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

João Paulo Caetano Santos (joaopaulo@sei.ba.gov.br)
Denis Veloso (dveloso@sei.ba.gov.br)
Carol Vieira (carolvieira@sei.ba.gov.br)

De acordo com os dados divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o nível de atividade econômica – Produto Interno Bruto (PIB) – cresceu 2,2% no terceiro trimestre de 2025, em comparação ao mesmo período do ano anterior. Considerando-se a série com ajuste sazonal (terceiro trimestre de 2025 em relação ao segundo trimestre de 2025), o resultado foi de 0,4%. No acumulado do ano – janeiro a setembro –, o PIB registrou acréscimo de 2,7%.

Tabela 1 – PIB trimestral – Bahia – 2025⁽¹⁾

Períodos	Taxas (%)
3º trim. 2025/3º trim. 2024	+2,2
3º trim. 2025/2º trim. 2025 (sazonal)	+0,4
Acumulado no ano (janeiro a setembro)	+2,7

Fonte: SEI (2025).
Elaboração: SEI/Distat/Coref.
Nota: (1) dados sujeitos a retificação.

PIB em valor corrente

No terceiro trimestre de 2025, o PIB baiano totalizou R\$ 130,76 bilhões, sendo R\$ 116,5 bilhões referentes ao Valor Adicionado (VA) e R\$ 14,2 bilhões aos impostos sobre produtos líquidos de subsídios. Com relação aos grandes setores econômicos, a Agropecuária apresentou VA de R\$ 13,1 bilhões, a Indústria, de R\$ 28,2 bilhões, e os Serviços, de R\$ 75,17 bilhões.

Para 2025, os resultados acumulados mostram PIB corrente equivalente a R\$ 407 bilhões, sendo R\$ 362,8 bilhões de VA e R\$ 44,2 bilhões de impostos. Para os setores econômicos, os valores acumulados em 2025 foram: Agropecuária (R\$ 48,1 bilhões), Indústria (R\$ 86,9 bilhões) e Serviços (R\$ 227,8 bilhões).

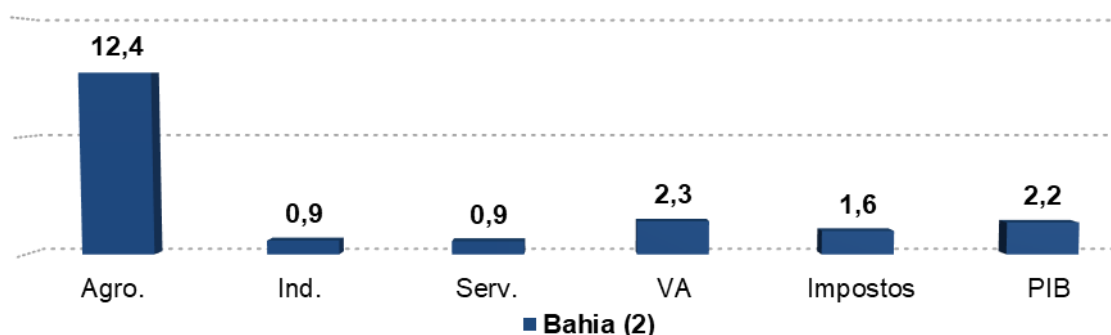
Terceiro trimestre 2025/terceiro trimestre 2024

Quando comparado a igual período de 2024, o PIB da Bahia apresentou resultado positivo de 2,2% no terceiro trimestre de 2025, conforme dados calculados pela equipe de Contas Regionais da SEI. O VA apresentou variação de 2,3% e os Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios, 1,6%. Neste trimestre, todos os grandes setores registraram variação positiva. O setor da Agropecuária expandiu 12,4%, Indústria e Serviços cresceram 0,9% no trimestre.

Gráfico 1 – Variação dos setores do Produto Interno Bruto

Bahia – 3º trim. 2025⁽¹⁾

%



Fonte: SEI/IBGE (2025).

Elaboração: SEI/Distat/Coref.

Notas: (1) variação no terceiro trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior;

(2) dados sujeitos a retificação.

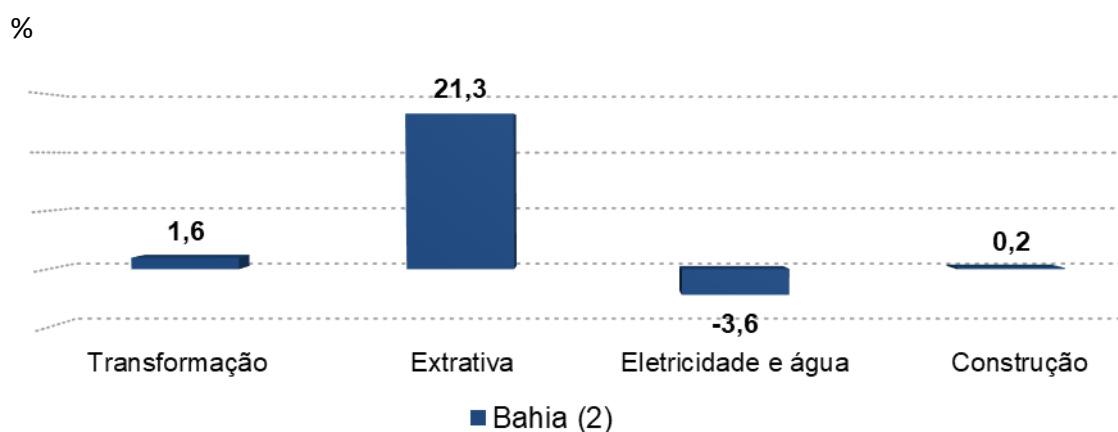
No terceiro trimestre de 2025, o volume de produção do setor Agropecuário baiano cresceu 12,4% na comparação interanual. O desempenho positivo foi impulsionado, sobretudo, pelo bom resultado das lavouras de *cereais*, *algodão* e *culturas permanentes*, além da expansão da *atividade da Pecuária*.

O setor Industrial, por sua vez, apresentou crescimento de 0,9% em volume no mesmo período. Três das quatro grandes atividades industriais registraram variação positiva: a *Indústria de Transformação* avançou 1,6%, com destaque para a produção de *alimentos*, *celulose*, *produtos de minerais não metálicos* e *refino de petróleo*; a *Construção Civil* cresceu 0,2%; e a *Indústria Extrativa* apresentou

crescimento expressivo de 21,3%, refletindo o aumento da produção de *petróleo e gás natural*, bem como de *minerais metálicos e não metálicos*. Em contrapartida, a queda do setor de *Eletricidade e Água* (-3,6%) foi influenciada pela redução na *geração de energia elétrica* e na *distribuição de gás*.

Gráfico 2 – Variação das atividades da indústria

Bahia – 3º trim. 2025⁽¹⁾



Fonte: SEI/IBGE (2025).

Elaboração: SEI/Distat/Coref.

Notas: (1) variação no terceiro trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior;

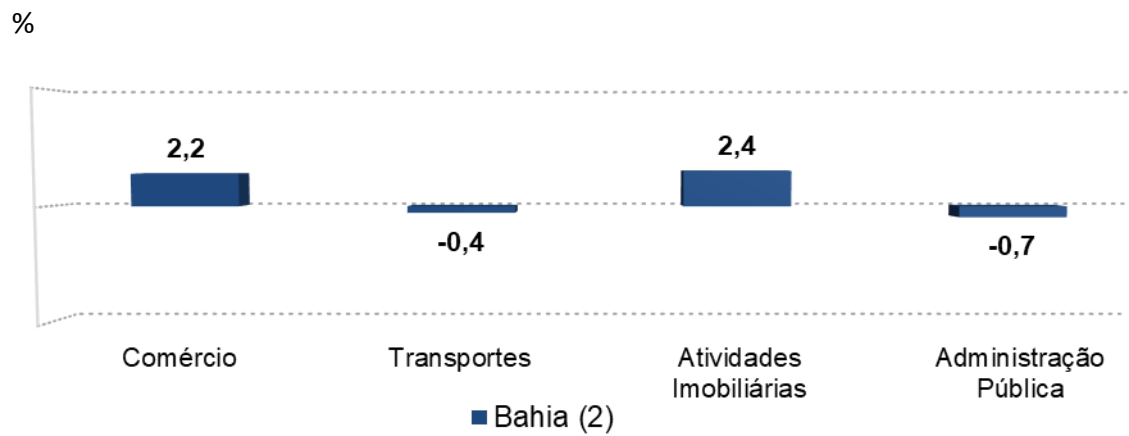
(2) dados sujeitos a retificação.

No setor de Serviços, observou-se crescimento de 0,9% no terceiro trimestre de 2025. O resultado foi moderado pela variação negativa da *Administração Pública* que recuou 0,7% e representa a principal atividade em termos de peso na estrutura setorial. A atividade de *Transportes* também apresentou redução (-0,4%).

Em contraste, contribuíram positivamente para o desempenho do setor o aumento no volume do *Comércio* (+2,2%) e das *Atividades Imobiliárias* (+2,4%). O segmento de *Outros serviços*²⁴ registrou crescimento de 1,1%, reforçando a trajetória de crescimento do setor no período.

²⁴ Engloba as seguintes atividades: Serviços de alojamento e alimentação; Serviços de informação e comunicação; Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; Educação e saúde mercantis; Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços; Serviços domésticos.

Gráfico 3 – Variação das atividades de Serviços – Bahia
3º trim. 2025⁽¹⁾

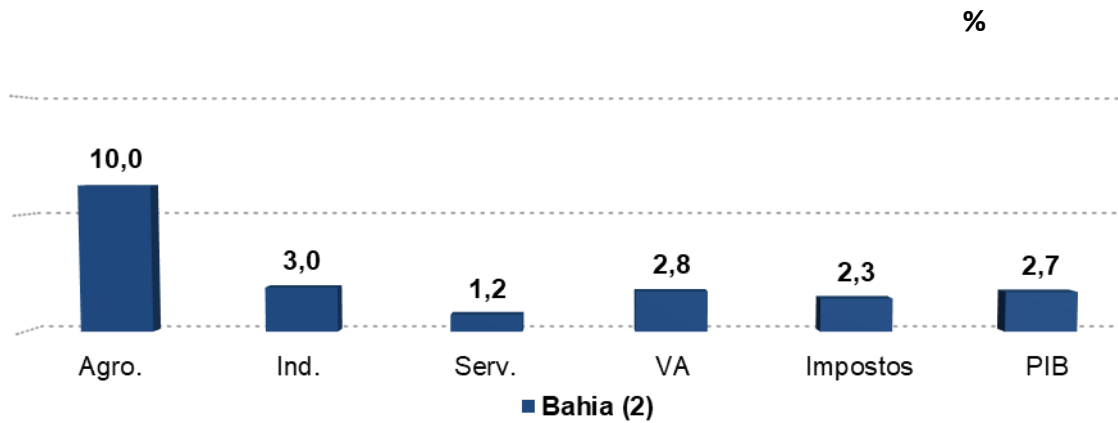


Fonte: SEI/IBGE (2025).
Elaboração: SEI/Distat/Coref.
Notas: (1) variação no terceiro trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior;
(2) dados sujeitos a retificação.

Acumulado em 2025 (janeiro a setembro)

O PIB baiano acumulado de janeiro a setembro de 2025 registrou crescimento de 2,7% (diante do registrado no mesmo período de 2024). O Valor Adicionado (VA) registrou crescimento de 2,8%, enquanto os Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios aumentaram 2,3%. O desempenho setorial foi marcado por variações positivas na Agropecuária (+10,0%), na Indústria (+3,0%) e nos Serviços (+1,2%).

Gráfico 4 – Variação dos setores do Produto Interno Bruto
Bahia – Jan.-set. 2025⁽¹⁾



Fonte: SEI/IBGE (2025).

Elaboração: SEI/Distat/Coref.

Notas: (1) variação no terceiro trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior;

(2) dados sujeitos a retificação.

Diferentemente do observado em 2024, o setor Agropecuário manteve taxas positivas ao longo dos três primeiros trimestres de 2025, impulsionado sobretudo pela cultura de grãos. No caso da Indústria, todas as atividades cresceram no período. Já no setor de Serviços, o avanço foi condicionado pelo resultado negativo da *Administração Pública*, única atividade a apresentar variação desfavorável no acumulado do ano.

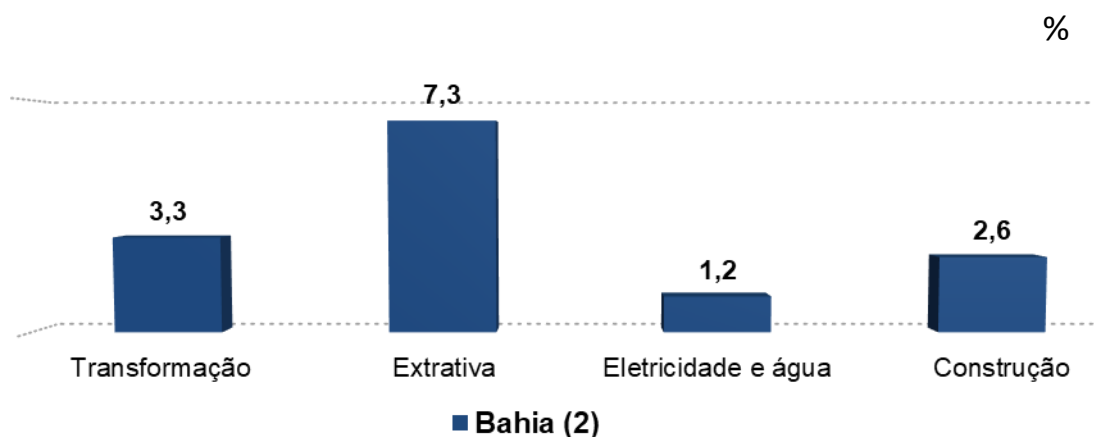
O Valor Adicionado (VA) da Indústria baiana registrou alta em volume de 3,0%, de janeiro a setembro de 2025, em relação ao mesmo período do ano anterior, impulsionada por todas as atividades que compõem o setor. São elas: *Transformação* (+3,3%), *Construção* (+2,6%), *Eletricidade e água* (+1,2%) e *Extrativa* (+7,3%).

O segmento de *derivados de petróleo* registrou a maior contribuição positiva, graças ao aumento na produção de gasolina e óleo combustível. Outros segmentos que registraram crescimento foram: *Máquinas, aparelhos e materiais elétricos*, *Produtos de minerais não metálicos* e *Celulose, papel e produtos de papel*.

O segmento de *produtos químicos* registrou a principal influência negativa no período, em função da menor produção de álcoois graxos e outros itens do grupo. Também apresentaram retração os setores de *Produtos Alimentícios*, *Couro e Calçados*, *Produtos de Borracha e Plástico*, *Indústrias Extrativas*, *Bebidas* e *Metalurgia*.

Gráfico 5 – Variação das atividades da Indústria

Bahia – Jan.-set. 2025⁽¹⁾



Fonte: SEI/IBGE (2025).

Elaboração: SEI/Distat/Coref.

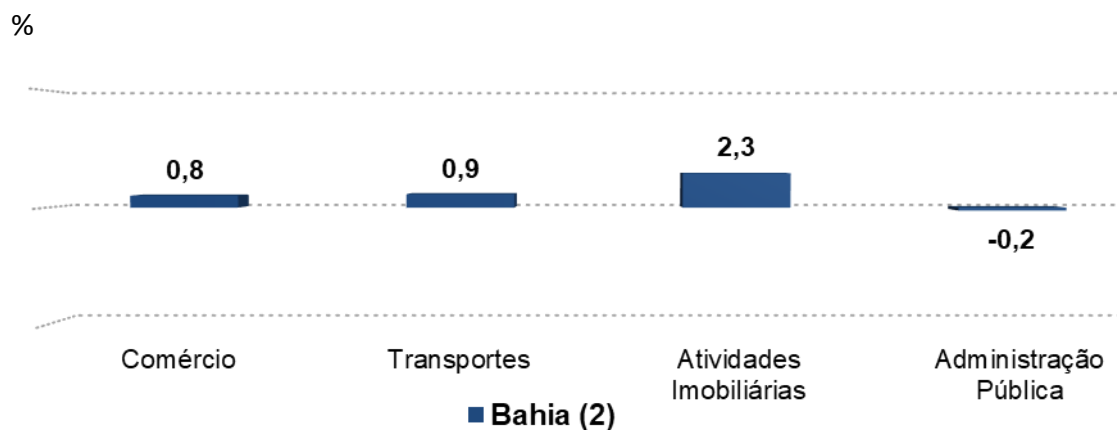
Notas: (1) variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior;

(2) dados sujeitos a retificação.

No que tange ao VA do setor de Serviços, observou-se crescimento de 1,2% em volume no acumulado de 2025, ante o mesmo período anterior. Esse resultado foi influenciado pelas altas das atividades de *Comércio* (+0,8%), *Atividades imobiliárias* (+2,3%), *Transportes* (+0,9%) e o segmento *Outros serviços* acumulou crescimento de 2,3%. Enquanto a *Administração pública* apresentou resultado negativo (-0,2%).

Gráfico 6 – Variação das atividades de serviços

Bahia – Jan.-set.2025⁽¹⁾



Fonte: SEI/IBGE (2025).

Elaboração: SEI/Distat/Coref.

Notas: (1) variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior;

(2) dados sujeitos a retificação.

No acumulado de janeiro a setembro de 2025, os indicadores mostram que o comércio varejista baiano registrou crescimento modesto, resultado condicionado pelo desempenho fraco de alguns segmentos importantes. Destacam-se, entre as influências negativas, as quedas em *Equipamentos e material de escritório, informática e comunicação, Livros, jornais, revistas e papelaria* e a retração de *Tecidos, vestuário e calçados*, que limitaram o avanço do varejo no período.

No comércio varejista ampliado — que inclui veículos, materiais de construção e o atacado especializado — o indicador permaneceu em queda, refletindo também o recuo em *Materiais de construção* e, sobretudo, em *Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo*. Por outro lado, entre os destaques positivos estiveram *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria* e *Veículos, motocicletas, partes e peças*, que contribuíram para evitar um resultado ainda mais baixo no acumulado do ano.

MERCADO DE TRABALHO

Luiz Fernando Araújo Lobo
luizlobo@sei.ba.gov.br

O mercado de trabalho continuou como peça importante para o movimento das engrenagens da atividade econômica nos últimos meses. Mesmo com a economia emitindo sinais de alguma perda de dinamismo, o emprego e a renda continuaram surpreendendo positivamente. Para os próximos meses, diante de um cenário econômico provavelmente menos vigoroso, a geração de empregos, principalmente aqueles com carteira assinada, pode vir a ser afetada e, assim, vir a assumir um compasso relativamente mais lento. No entanto, vale destacar, mesmo que venha a experimentar ritmo menos intenso, a expectativa é de que o mercado de trabalho continue incorporando trabalhadores e gerando renda até o final do ano.

A conjuntura do mercado de trabalho baiano foi aqui exposta tendo por base tanto os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, quanto os da Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílios Contínua (PNADC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sem a pretensão de realizar uma análise de maior aprofundamento, o presente texto visa apresentar as principais informações do cenário recente do mercado de trabalho local, contrapondo tais estatísticas com as correspondentes séries históricas e com os indicadores das realidades nacional e regional quando se mostrar interessante.

De acordo com os dados do Caged, de julho a setembro de 2025, o montante de empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho no estado aumentou, fruto da geração líquida de 32.319 postos. Ao fim do terceiro trimestre de 2025, reforçado pelo saldo positivo ocorrido nesse intervalo, a Bahia passou a contar com 2.237.507 vínculos celetistas ativos, o que significou uma elevação de aproximadamente 4,67% sobre o quantitativo de 2.137.775 empregos computados no início do ano (estoque de referência). Dessa forma, ao término do referido trimestre, a Bahia concentrava 27,03% e 4,57% do total de empregos com carteira assinada existente na região nordestina e no país, respectivamente – mantendo-se, assim, com o maior volume de vínculos formais do Nordeste e o sétimo maior montante entre as 27 unidades federativas.

Sob o olhar dos resultados mensais, a dinâmica com mais admissões do que desligamentos foi apurada em cada um dos meses do terceiro trimestre de 2025 na Bahia. O mês de setembro foi o de maior saldo no período, com 11.350 novas vagas – aliás, quarto melhor resultado mensal do ano. Os meses de julho e agosto testemunharam excedentes menos destacados, com 9.715 e 11.254 novos postos, respectivamente. Além de positivos, os saldos se mostraram crescentes ao longo dos meses do referido trimestre – diferentemente do que foi visto no conjunto dos mesmos meses do ano passado, quando os resultados estabeleceram uma trajetória sem padrão. Entretanto, vale salientar, entre os referidos meses, nenhum deles evidenciou apuração superior ao de um ano atrás – constatação que ajuda a depor contra a robustez futura da geração de postos de trabalho.

Em contraponto aos resultados dos intervalos de referência, a geração de 32.319 postos no terceiro trimestre de 2025 em território baiano permitiu constatações semelhantes. No comparativo com o segundo trimestre deste ano, período com surgimento líquido de 34.900 vagas, a apuração recente dos dados indicou recuo, já

que mostrou um saldo menor do que o de abril a junho deste ano. Quanto ao mesmo trimestre de um ano antes, o dado atual também se revelou menos favorável, visto que a ocupação com carteira assinada havia incorporado 42.139 vínculos no terceiro trimestre de 2024, patenteando uma realidade menos generosa agora do que no mesmo período do ano imediatamente anterior. Assim, ao mostrar um enfraquecimento no ritmo da geração de postos no confronto anual, o resultado trimestral mais recente ajuda a suscitar dúvidas de que a absorção líquida de trabalhadores pelo polo protetivo daqui para frente poderá se manter tão relevante.

O saldo de empregos com registro em carteira também foi positivo para o país como um todo no agregado dos meses de julho a setembro de 2025, com 498.320 vínculos a mais. Ademais, todas as regiões ampliaram o número de postos de trabalho no período. Em termos absolutos, o Sudeste (+195.972 vagas) evidenciou o melhor desempenho e o Norte (+39.906 postos) exibiu o cenário menos favorável. Das unidades da Federação, houve surgimento líquido em todas elas no trimestre. No *ranking* nacional, do maior ao menor saldo, a Bahia, com acréscimo líquido de 32.319 oportunidades ocupacionais, ficou na quarta posição, mesma colocação da verificada no intervalo imediatamente anterior. Entre os estados nordestinos, a Bahia evidenciou o segundo melhor resultado absoluto, enquanto Pernambuco (+35.917 postos) e Piauí (+8.194 vagas) exibiram o maior e o menor saldo regional no trimestre analisado, respectivamente.

O crescimento de empregos com carteira assinada na Bahia no terceiro trimestre de 2025 alcançou todos os cinco grandes estratos setoriais. O setor de *Serviços* se destacou com o desempenho mais proeminente, com a contratação líquida de 12.842 trabalhadores no período. O setor de *Construção*, com 6.507 novos contratos, também indicou um saldo relativamente relevante, evidenciando o segundo melhor resultado entre as atividades. Em seguida, com dados positivos menos protuberantes, vieram o *Comércio* (+5.741 vínculos), a *Indústria geral* (+5.588 empregos) e a *Agropecuária* (+1.641 vagas). Assim, portanto, nenhum agrupamento econômico registrou um número maior de fechamentos do que de aberturas de postos no citado intervalo no estado.

De acordo com o levantamento da PNADC, na Bahia, a taxa trimestral de desocupação ficou em 8,5% no terceiro trimestre de 2025. Trata-se do menor índice em toda a série. Do segundo ao terceiro trimestre deste ano, apesar da ausência de significância estatística da variação, a taxa de desocupação decresceu, pois passou de 9,1% para 8,5%, respectivamente – indicando um recuo de 0,6 ponto percentual na margem. Em relação ao mesmo conjunto de meses de 2024, quando o indicador havia sido estimado em 9,7%, também houve decrescimento, com a taxa mais recente ficando 1,2 ponto percentual abaixo.

Assim, após um repique no início de 2025, que não chega a ser surpresa, já que reflete um comportamento próprio do mercado de trabalho baiano em início de ano (em parte, associado a fatores sazonais), a taxa trimestral de desocupação no estado emendou a segunda queda após dois aumentos consecutivos em bases trimestrais. Diante dessa oscilação para baixo, a estimativa trimestral mais recente do desemprego na Bahia (8,5%) assumiu o menor patamar já registrado na sequência – lembrando, para efeito de comparação, que seu maior valor histórico se deu no primeiro trimestre de 2021, quando atingiu 21,7% da força de trabalho local.

No Brasil e no Nordeste, no terceiro trimestre do ano, as taxas observadas para a desocupação foram de 5,6% e 7,8%, respectivamente – percentuais, portanto, abaixo do calculado para o território baiano (8,5%). Em território brasileiro, o recuo não foi generalizado: além da Bahia, outras 15 unidades da Federação também apresentaram retração da taxa trimestral de desocupação do segundo para o terceiro trimestre deste ano (independentemente da significância estatística da oscilação). Com diminuição de 0,6 ponto percentual, a Bahia exibiu a quarta maior queda absoluta do país. Entretanto, mesmo diante do encolhimento recente da taxa de desocupação, a Bahia exibiu a terceira estimativa mais elevada entre as unidades federativas (atrás de Pernambuco, com 10,0% e de Amapá, com 8,7%). Na outra ponta, Santa Catarina (2,3%) e Mato Grosso (2,3%) apresentaram as menores taxas entre as unidades federativas. Em terras baianas, portanto, a situação se traduziu em um percentual de quase quatro vezes o observado nos territórios catarinense e mato-grossense.

No intervalo em análise, relativamente ao trimestre adjacente anterior, o mercado de trabalho baiano experimentou crescimento na ocupação (+1,5% ou mais 96 mil ocupados) e redução na desocupação (-6,6% ou menos 43 mil desocupados) – assim, a ocupação aumentou pela segunda vez seguida, enquanto a desocupação diminuiu pela segunda vez em sequência. Dessa forma, em relação ao intervalo antecedente, a expansão da ocupação combinada com a queda do número de desocupados desembocou num encolhimento da taxa de desocupação no estado. O movimento descendente da taxa de desemprego nessa base comparativa, portanto, esteve atrelado tanto ao aumento do número de pessoas trabalhando quanto ao recuo do total de indivíduos sem trabalho e que estavam procurando por um. No comparativo interanual, também houve incremento de pessoas trabalhando (+5,4% ou mais 335 mil ocupados) e diminuição de pessoas procurando por trabalho sem conseguir (-8,9% ou menos 59 mil desocupados).

O contingente de ocupados no conjunto dos meses de julho a setembro de 2025 na Bahia, com 6,554 milhões de pessoas de 14 anos ou mais de idade, reforçado pelo acréscimo na margem, revelou-se o maior da história – renovando, assim, o auge atingido recentemente, quando contabilizou 6,458 milhões de ocupados no segundo trimestre de 2025. Além disso, o montante atual de ocupados se situa muito acima do menor valor da série, de 4,770 milhões de indivíduos no segundo trimestre de 2020 (quando da eclosão da crise da pandemia de Covid-19).

A população desocupada, composta por 605 mil indivíduos, diante do recuo na margem, mostrou-se como a melhor marca da série, ou seja, o menor quantitativo de pessoas sem trabalho e que estavam procurando por um trabalho desde o início da sequência histórica – substituindo, assim, o mínimo até então registrado, de 622 mil indivíduos no trimestre de encerramento do ano de 2013. Do mais, relevante recordar, o maior quantitativo de desocupados foi de 1,406 milhão de indivíduos no período inaugural do ano de 2021.

Por fim, após ter aumentado, o número de pessoas fora da força de trabalho na Bahia diminuiu na margem (-1,9% ou menos 95 mil indivíduos do segundo ao terceiro trimestre deste ano), indo a 5,008 milhões – configurando-se ainda como o 17º maior registro da sequência. Mesmo diante dessa oscilação favorável, tal

quantitativo mantém o alerta, já que se encontra num patamar maior do que qualquer outro observado antes da pandemia, acumulando assim potencial para repercutir negativamente na desocupação caso o desempenho econômico futuro não seja suficiente para incorporar aqueles que porventura voltem a pressionar o mercado de trabalho em busca de ocupação. Em um ano, o movimento também foi de queda (-4,3% ou menos 226 mil indivíduos), voltando a encolher após ter majorado em bases anuais.

Na Bahia, no trimestre mais recente, comparativamente ao imediatamente anterior, após ter aumentado, o número de informais decresceu. O quantitativo de formais, por outro lado, aumentou pela segunda vez consecutiva. A contração do montante de informais (-3 mil pessoas), entretanto, foi de magnitude bem menor do que o incremento da ocupação na formalidade (+97 mil pessoas). Ou seja, do segundo ao terceiro trimestre deste ano, a expansão da ocupação no estado se deu exclusivamente pelo canal da formalidade – o que acarretou uma redução do grau de informalidade na margem. Assim, reforçado por esse contexto de incorporação de trabalhadores unicamente pelo polo protetivo, a ampliação geral da ocupação terminou assumindo um caráter mais benigno, já que favoreceu o estrato do mercado de trabalho que tende a ter empregos de maior qualidade e mais garantias. Por fim, o período de julho a setembro de 2025 contabilizou 3,373 milhões de ocupados na informalidade e 3,181 milhões na formalidade. O grau de informalidade no mercado de trabalho baiano, dessa forma, ficou em 51,5% (ante 52,3% no segundo trimestre do ano), o quinto maior do país. No Brasil como um todo, 37,8% das pessoas ocupadas se encontravam na informalidade nesse mesmo período.

O rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês pelas pessoas ocupadas, no terceiro trimestre de 2025, na Bahia, foi estimado em R\$ 2.278, o quarto maior da série – mas o segundo mais baixo entre as unidades federativas (semelhantemente ao constatado no trimestre antecedente), acima apenas ao do Maranhão, estimado em R\$ 2.198. Além do mais, o rendimento médio baiano se mostrou equivalente a 65,0% e a 93,4% dos rendimentos médio brasileiro e nordestino, que foram de R\$ 3.507 e de R\$ 2.438 no referido trimestre, respectivamente. Em relação ao mesmo intervalo de 2024, quando estava em R\$ 2.158, houve alta de 5,6% (ou seja, mais R\$ 120) – aumento após ter recuado nessa

base de comparação. Num comparativo com o trimestre imediatamente anterior, quando o valor estava em R\$ 2.206, ocorreu uma variação positiva de 3,3% (mais R\$ 72), alta após ter diminuído.

A massa de rendimento real de todos os trabalhos habitualmente recebido por mês pelas pessoas ocupadas foi estimada em R\$ 14,630 bilhões no estado, o maior montante desde o início da série histórica – significando uma elevação de 4,6% frente ao do segundo trimestre de 2025, de R\$ 13,990 bilhões, e uma alta de 11,1% num comparativo com o total do mesmo período do ano de 2024, cujo valor havia sido de R\$ 13,166 bilhões. A Bahia, assim, no terceiro trimestre do ano, concentrou 4,1% e 26,2% de toda a massa de rendimento do país e da região nordestina, respectivamente. A ampliação da massa de rendimento real em relação ao trimestre imediatamente antecedente se deu pela quarta vez consecutiva, tendo ocorrido tanto por conta do crescimento da população ocupada quanto do aumento do rendimento médio real nessa base de comparação. No comparativo interanual, por sua vez, a ampliação recente significou a 16ª expansão consecutiva, isso depois de um período com seis quedas em sequência – a alta aqui também decorreu do aumento concomitante da ocupação e do rendimento médio real de todos os trabalhos.